

VOZES DA QUERÊNCIA

ANTONIO CARLOS MACHADO



Subsídios para o estudo do
linguajar regional sul-riograndense

1949
LIVRARIA DO GLOBO
PÔRTO ALEGRE

Antônio Carlos Machado

Vozes da Querência

Subsídios para o estudo do linguajar regional
sul-riograndense



Projeto
Passo Fundo
Apoio à cultura

Passo Fundo
2012

Antônio Carlos Machado

Vozes da Querência

Subsídios para o estudo do linguajar regional
sul-riograndense

Passo Fundo
Projeto Passo Fundo
2012

Projeto Passo Fundo

Página na internet: www.projetopassofundo.com.br

e-mail para contato: projetopassofundo@gmail.com

Disponível no formato eletrônico /E-book.

Do livro: Literatura, História, -Porto Alegre: Livraria do Globo, 1949. 112p.;
13 x 19cm.

Todos os direitos reservados ao Autor.

O conteúdo deste sitio NÃO pode ser reproduzido, copiado, gravado, transcrito ou transmitido por meios mecânicos, fotográficos ou eletrônicos, sem a citação de autoria, nos termos da licença

[Creative Commons Atribuição-Compartilha Igual 3,0 Não Adaptada.](#)

Para ver uma cópia desta licença, visite:

creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/deed.pt_BR ou envie uma carta para Creative Commons, 444 Castro Street, Suite 900, Mountain View, Califórnia, 94041, USA.

Revisado em: 23/11/2012

M149v Machado, Antonio Carlos

Vozes da querência: Subsídios para o estudo do linguajar regional sul-riograndense [recurso eletrônico] / Antonio Carlos Machado. – Passo Fundo : Projeto Passo Fundo, 2012.

E-book (formato PDF).

ISBN 978-85-64997-70-7

Modo de acesso: World Wide Web:

<<http://www.projetopassofundo.com.br>>.

1. Literatura gaúcha. 2. Regionalismo na literatura.

I. Título.

CDU: 869.0(816.5)-4

Bibliotecária responsável Schirlei T. da Silva Vaz - CRB 10/1364

Sumário

A formação Gaúcha	9
VOZES DA QUERÊNCIA - NOTA PRÉVIA.....	11
LINGUISTICA E ECOLOGIA	15
O “HABITAT” RIO-GRANDENSE	23
O “PROCESSUS” LEXICAL NO RIO GRANDE DO SUL	51
CARACTERÍSTICAS DO LINGUAJAR GAÚCHO	72

A formação Gaúcha

Antônio Carlos Machado nasceu em Santiago do Boqueirão, neste Estado. Estreou nas letras muito cedo. Em 1942 publicou no Rio de Janeiro o seu livro “O Pampa Heróico” que obteve, desde logo, grande sucesso.

A seguir, lançou outras obras de mérito, entre as quais “O Solitário da Casa Branca” (Rio, 1945), na Capital da República onde residiu muitos anos, Antônio Carlos Machado colaborou em diversos jornais e revistas, abordando, de preferência, assuntos e temas ligados à história e ao folclore de sua terra natal.

A

Moysés Vellinho
Erico Verissimo
Pedro Vergara
e Manoelito de Ornellas,

como testemunho de estima e
admiração

IN PRINCIPIO ERAT VERBUM

São João

“No grupo social, seja êle qual fôr e por muito extenso que o supanhamos, representa a língua papel de primeira importância.”

**J. VENDRYES – Le Langage –
Paris, 1921**

“A língua é o espelho do Homem.”

**M. M. LEWIS – Language in
Society – Londres 1948**



NOTA PRÉVIA

Este voluminho, em seu primitivo plano, deveria restringir-se ao estudo em largas gizadas de algumas dições e formas verbais gaúchas sob a tríplice aspecto léxico, sintático e fonético. Perquirições ulteriores por nós feitas vieram, no entanto, desvendar aspectos inéditos e impensáveis da matéria, conduzindo-nos inevitavelmente a amplificação do objetivo inicial, em que, desde então, por exigências de ordem metodológica, foi mister incluir um grande número de informações, conforme adiante se verá.

Antes de mais nada desejamos deixar bem frisado que não se trata de obra completa. Claro está que para tanto seria preciso um trabalho de folego. Tocando de leve nos pontos viscerais do assunto, cujo estudo definitivo, notemos de caminho, embora despertando merecidos cuidados, continua em suspenso, destacando suas facetas mais importantes e procurando enfim, amolda-lo, tanto quanto possível, aos postulados dos modernos filologistas, move-nos apenas o desejo de compaginar subsídios e apontamentos desde há muito coligidos. Em outras palavras: o que se vai ler não aspira a mais do que servir de modesta contribuição a ensaios outros mais autorizados.

Convém que se diga e aqui é deveras oportuno lembrar: não é abundante nem satisfatório o material informativo até agora carreado pelos recoletadores e analistas do linguajar sul-riograndense, muitos dos quais, especialmente fora do Estado, têm escrito desacompanhados de lastro documental, quase como simples conjecturadores, razoando, às vezes, sobre hipóteses inoportáveis. Embora não nos agrade assumir atitude de censor, encontramos alguns enganos de tal forma generalizados que nos sentimos no dever de chamar a atenção sobre eles. Expressivo flagrante esclarecera o caso: o da palavra “gaúcho” cujos investigadores poderão adjudicar nunca menos de cem étimos suscitadores de verdadeira bibliorréia e todos conducentes a intermináveis polêmicas. A comodidade das repetições estereotipadas e a lei do menos esforço em assuntos que

só admitem o estudo detido, convenhamos, e que são causa não só de premissas indevidas como de conclusão incongruentes.

Cometeríamos grave emissão se não reconhecêssemos que existem, na verdade, sérios obstáculos no caminho dos estudiosos. Sem entrar em minúcias que a premência de espaço não comporta, pode-se afirmar, sem temor de réplica, que a pobreza, dispersão e relativa inacessibilidade dos implementos arquivais são exatamente dos maiores empecilhos a remover. Talvez não exageremos dizendo que do Rio Grande pre-açoriano pouco se poderá falar. Inútil é acrescentar que o fato nada tem de incurial, levando em conta as condições especialíssimas em que se processou, nos séculos XVI, XVII e XVIII, a colonização do extremo-sul brasileiro. Não deve ser menosprezado, também, o fato de que o descaso oficial e a fauna papirófaga desde logo conspiraram contra os arquivos atinentes aos primórdios da vida sul-riograndense, motivo pelo qual chegaram eles aos século XIX esparsos, desordenados e sobretudo grandemente desfalcados. Isso sem falar nos apócrifos, nos textos inautênticos, nos códices pouco dignos de fé, nos papéis eivados de erros ditográficos, quando não mesmo de escassa literalidade.

Não vem a propósito, agora, recordar a secular delapidação do documentário referente ao Rio Grande antigo, documentário cuja pobreza de detalhes, sob alguns aspectos, é inegavelmente franciscana. Não deixe de ser útil, todavia, ter em mente que ele sofreu, através dos tempos, sucessivas perdas. Para só citar um exemplo basta dizer que os livros da vila do Rio Grande foram quase totalmente destruídos durante a invasão castelhana de 1763.

A tradição oral, por outro lado – e isso é pacífico – apresenta-se, em regra, cheia de lacunas e de “hiatos”: quase sempre de cambiantes fantasiosas e de matizes mitográficos, infringentes da realidade histórica, geralmente exposta, aliás, a ação fraudatória dos memorialistas apressados.

Há ainda um outro aspecto que deve ser salientado: colocando o problema do linguajar rio-grandense no seu estritamente linguística,

escapa, em grande parte, às atribuições específicas da filologia. Não esqueçamos, a propósito, a judiciosa advertência de Augusto Meyer: “Consultar o vocabulário gaúcho é rasgar à visão interior paisagens retrospectivas, enquadradas na moldura da história”.¹ Não se deve

¹ Prosa aos Pagos – Rio, 1944 – Quanto ao que se refere à toponímia – não é supérfluo lembrar – o vocabulário gaúcho, desde logo, se apresenta inflacionado de problemas, descortinando ao pesquisador um largo quadro de incógnitas. Avultam, nesse quadro, dominando-o, os locativos São Pedro e Continente, ainda hoje suscitadores de opiniões discordantes. Tudo leva a crer que a denominação de Continente cedo dada ao Rio Grande não obedeceu a nenhuma inspiração geográfica ou étnica especial, mas decorreu simplesmente do fato de equivaler a palavra, na sua acepção antiga, a região, terra, território, etc. A Província de Maranhão, por exemplo, também foi conhecida, durante o século XVIII e XIX, por Continente do Maranhão. Êsse é um aspecto da questão que, pela sua decisiva relevância, deve ser devidamente considerado. São Pedro, a bem dizer, é o nome personativo com que o Rio Grande do Sul foi oficialmente batizado.

Rio Grande de São Pedro chamou-se-lhe durante duzentos anos. Rezam as crônicas que já estavam assentados na costa vários padrões com as quinas de Portugal quando o Brigadeiro José da Silva Pais lançou os alicerces do Presídio nos areais inóspitos da Barra. Um dos referidos marcos, a acreditar nos fólhos e codicílios da época, fora plantado por Martim Afonso de Souza em 1530 próximo ao arroio que, a princípio, teve o seu nome. Resta saber se foram ou não os portugueses os primeiros exploradores do litoral gaúcho, questão que infelizmente ainda está em grande parte abandonada, maximé por deficiência de elementos documentais, o que constitui, certamente, o principal obstáculo a remover. Não se pode deixar de destacar, aqui, a notável ação de Aurélio Pôrto no sentido de fixar os tempos primevos deste estado.

Quaisquer que sejam as opiniões, não pode, a nosso ver, substituir a menor dúvida de que remonta ao século XVI o ponto de partida da vida sul-riograndense. Não existe, todavia, qualquer outro aspecto da formação gaúcha em que os estudiosos discordem tanto. E’ evidente que as fontes arquivais existentes, via de regra obscuras, se prestam às mais acesas discrepâncias. Examinando-se essas fontes uma após outra chega-se forçosamente à conclusão de que elas justificam, pela relevância própria, a soma enorme de esforços exigidos para o seu estudo.

A história do antropônimo São Pedro, já conhecido pelos cartógrafos quinhentistas, não pode, realmente, ser descurada e isto por que é de imediato interesse para o esclarecimento de fatos que não encontrarão perfeita explicação senão à luz que a indagação toponímica derramar sobre eles.

Em primeiro lugar, é preciso não esquecer: os métodos de que se valiam os navegadores antigos para determinar a latitude e a longitude de um ponto dado eram empíricos, pois baseados em engenhos náuticos rudimentares e em cálculos por demais duvidosos. As medidas feitas a bordo com os astrolábios davam margem a erros e confusões. A observação da altura da estrela polar e do sol na sua passagem pelo meridiano, por outro lado, também ocasionava frequentes enganos. As chamadas “Tábuas Afonsinas”, depois de provada a sua ineficiência, foram substituídas pelas “Tábuas de Regimontanus”, mais exatas, conquanto ainda lacunosas com referência à declinação solar. Prova concludente do alegado são os mapas do século XVI repletos de deslocações toponímicas e de verdadeiras heresias geográficas.

esquecer, ademais, que os vocábulos típicos do Estado são de tal sorte heterogêneos e tão adstritos a cada caso que subordiná-los a um só critério analítico é correr o risco de oferecer inferências simplicistas e ilações errôneas. Estuda-los em conjunto, de resto, é trabalho particularmente difícil. Sob alguns aspectos, tal trabalho não se nos afigura de todo provável.

Aos competentes cabe ajuizar do mérito do nosso trabalho. Se nele há senões, exerça a crítica os seus direitos de retificação, pois nos havemos de curvar sob o peso das objeções fundamentadas. Restar-nos-á sempre o conforto de haver concorrido, embora modestamente, para o estudo da matéria. É tamanha a dificuldade desse estudo que seria de nossa parte vã a tentativa de fazê-lo perfeito ou estreme de lacunas. Não faltará quem increpe de inverossímeis algumas das hipóteses adiante propostas. Essas conclusões, porém, não pretendem ser nem definitivas nem irrevogáveis. Mesmo porque a verdade, como dizia Guizot, é sempre um “entre-deux”...

Quando o aparecimento do “Tratado” de Gabriel Soares, isto é, em 1587, o porto de São Pedro já era conhecido em sua exata posição, pois a Barra, segundo os melhores cálculos, se encontra a 32º de latitude sul. Eis o depoimento do pristino tratadista: “Do Rio Martim Afonso à bóia do arrecifes são 10 léguas, da barra do rio ao porto de São Pedro são 15 léguas, qual rio está em altura de 31 graus e meio...” Seja como for, qual o verdadeiro doador do nome? Qualquer que possa ter sido, a verdade é que a sua origem cronológica está entre os anos de 1500 e 1534.

LINGUISTICA E ECOLOGIA

O problema da origem das palavras tem sido, em todas as épocas e latitudes, de um modo geral, motivo das melhores atenções. Compreende-se. São acordes os entendidos em proclamar a indisfarçável importância da lexicogênese. Para Clement Alexandrino, os costumes são a própria fonte da linguagem: “Verba omnia ex moribus emanant”. Raynaud, em sua obra clássica “Origine et philosophie du langage”, com justificado acerto, atribui magno valor etológico a linguística e Celeste chegou, mesmo, a afirmar textualmente: “La parole e la prima istoria dele nazioni”. É interessante saber que Karl Vossler surpreendeu na língua francesa a própria alma da França. Nenhum exemplo mais expressivo pode ser citado para demonstrar a relevância da glótica.

Tão relevante é ela, sob o ponto de vista culturológico, que até na análise de folk-lore não se prescinde dela. O crescente interesse dos sociólogos atuais pela filologia constitui fato significativo. Outro fato igualmente eloquente nós encontramos na conformação definida que a filologia começa a ter no conjunto de ciências sociais, já sensível em nossos dias e que há de, por força, aparecer muito mais saliente em épocas futuras.

Ousamo-nos a esta afirmativa: o estudo dos barbarismos e particularismos idiomáticos referentes ao Rio Grande do Sul, em grande parte já recolhidos por expeditos glossaristas, seja dito de passagem, importará sempre numa melhor compreensão da sociogênese gaúcha, dado precisamente o papel cada vez mais destacável da linguística como ciência subsidiária da sociologia regional ou geral². Mas continuemos.

² Não há como discordar dos que vêm na região a célula por excelência da Nação. No desdobramento de um raciocínio sadio, Gilberto Freyre, com a autoridade que lhe é universalmente reconhecida, recentemente, em incisivo reparo, afirma: “Uma região pode ser politicamente menos do que uma nação. Mas vitalmente e culturalmente é mais do que uma nação: é mais fundamental que a nação como condição de vida e como meio de expressão ou de criação humana.” (Interpretação do Brasil – Rio, 1947);ão do Brasil – Rio, 1947). .

Época houve – e não muito longínqua – em que a filologia era por assim dizer estática. Evidente se nos depara que de uns tempos para cá os estudos linguísticos evoluíram grandemente. Acentuemos que com o correr do tempo e o conseqüente evolover, a passo célere, das pesquisas lexicogênicas, fazendo maior luz sobre a glotologia, os deblateradores cederam lugar aos investigadores. A própria gramática, durante longos anos puramente descritiva, passou a ser também mais analítica e experimental. Tornou-se por isso mesmo mais permeável a lexeologia e à taxonomia especulativa. Devemos acrescentar: não é mais possível hoje encarar os problemas filológicos senão à luz esclarecedora das disciplinas especializadas, já que a linguística moderna não é mais uma ciência que estuda um organismo particular – a língua – e sim uma ciência eminentemente cultural, isto é, uma ciência que estuda diversos e diversificadores fenômenos culturologicos. Exige ela um conhecimento exato da sua natureza como método e uma nítida compreensão do seu campo como ciência eminentemente eclética.

Não há nenhum exagero em se afirmar que várias e complexas são as causas que atuam na formação e no envolvimento das palavras. Sem localizar com precisão essas causas, é impossível estudá-las convenientemente. Se não há contestação aceitável quanto ao valor intrínseco da filologia histórico-comparada, tal como a ensinam Kuhn, Meyer-Lúbke, Bopp, Max Muller, Antoine Thomas e Kortring, muito menos pode subsistir qualquer dúvida em relação à importância do mutacionismo semântico, tao bem exposto por Hovelacque, Grammont e outro doutos especialistas.

A ideia que vulgarmente se tem no Brasil regional e regionalismo precisa certamente ser modificada. Como é natural, a desuniformidade cultural do país é uma conseqüência da sua extensão geográfica e dos rumos diversos da sua formação histórica, mais acentuados em alguns Estados e menos em outros. De vez que a terra exerce decisiva influência sobre o homem, o regionalismo é apenas a adaptação à ecologia regional. Desejamos encerrar esta nota com uma transcrição que vem à guisa de “mise-au-point” do tema. “No Brasil há regionalismo em todos os Estados – escreveu Álvaro de Alencastre – sem advir inconveniente algum para a comunhão nacional.” (O Regionalismo no Rio Grande do Sul – Rio, 1932).

É fato de observação comum que todos os processos de ação, reação e aculturação idiomográfica se relacionam profundamente com a biocenose. Daí, muitas vezes, as dificuldades de estudar um termo e de se firmar o seu conhecimento racional, sob o ponto de vista da etimologia, das significações e, em geral, de tudo quanto é essencial para o seu perfeito exame sociológico. Acrescentemos ainda: para que se logre esse intento, é indispensável caracterizar com bastante rigor as condições ambientais em que ele se formou e evoluiu, pois as palavras são, em última instância, valores componentes dos chamados “ciclos culturais”.

Para o leigo, a simples coincidência morfológica constitui fator conclusivo. Para o etimólogo experimentado, essa coincidência nem sempre é o mais importante, pois sabe que em filologia, mais do que em qualquer outro terreno, as aparências iludem. Assaz conhecida é a lição de Meyer-Lúbke, segundo a qual é preciso ter o máximo cuidado com as similitudes meramente morfológicas³.

A etimologia, ao que preceituam os léxicos gregos, consiste em determinar o sentido primitivo de um vocábulo. A etimologia, porém, que atende exclusivamente a semântica e perigosa. Para um étimo ser satisfatório não basta haver concordância de significado com a palavra a que se prende. É imprescindível respeitar as leis da fonética, a história, o meio ambiente, a forma primitiva do termo. Citadíssimos têm sido o remoque de Jacques de Cailly “alfana vient d’equus sans doute” e os comentários sarcásticos que Voltaire pôs na boca irreverente de Vadius. Há, é certo, vocábulos aos quais as leis filológicas só podem ser aplicadas em termos de probabilidade, admitida, ainda, desde logo, uma certa

³ O tema já tem sido agitado em mais de uma vez. Já no século XIX era ele discutido, ao mesmo tempo que, embora quase sempre em certo tom de polêmica, abria ensejo para o debate de teses ainda hoje oportunas. Há relativamente às similitudes morfológicas um aspecto que não pode nem deve passar despercebido. É o que diz respeito às coincidências gráficas. Além disso, convém não perder de vista o fato de que a dilatação ou contração orgânica das palavras, dando origem às chamadas formas substituintes, não se opera arbitrariamente, mas constitui, na verdade, um fenômeno, diferencial ao qual se adstringe a evolução linguística. Para se ter uma ideia das alterações por que passaram as línguas românicas nos seus diversos períodos, é preciso consultar a obra já clássica de Meyer-Lubke, intitulada “Gram. des langues romanes”.

margem de erro, de vez que a sua verdadeira origem etimológica, no sentido restrito e rigoroso da expressão, remonta a mais recuada antiguidade.

Em segundo lugar, lembremos que também as analogias e correlações não admitem senão um coeficiente relativamente pequeno de exatidão, não passando, em muitos casos, de simples presunções, quando não mesmo de “presunções prováveis”. É preciso lembrar-nos de que sobretudo as analogias não podem revelar todos os aspectos da lexicogênese: a sua contingência será tanto maior quanto maior for a obscuridade da palavra estudada.

As palavras, como os idiomas, quando transplantadas, sofrem as consequências de alterações sensíveis, cuja razão principal reside, sem dúvida, no fatalismo biológico da adaptação compulsória ao meio. Há bem pouco, por ocasião do último Congresso da Língua Portuguesa realizado no Brasil, mais uma vez foi posta em evidência a necessidade de ser feito, com espírito de sistema, o computo global dos vocábulos nacionais aberrantes do linguajar oficial. Muito embora já existam alguns dicionários, estamos muito longe ainda dos resultados que são de desejar⁴.

Há que levar em conta que em todas as línguas vivas os sentidos das palavras estão em constante movimento. Como organismos dinâmicos por excelência, elas estão sujeitas as duas leis fundamentais da biologia: a assimilação e a dissimilação. Daí os neologismos, os arcaísmos e outros

⁴ Às particularidades fonéticas do português no Brasil correspondem as do espanhol na América castelhana. Santiago Lugones, no prólogo de sua educação de “Martin Fierro”, salienta as diferenças existentes entre o espanhol peninsular e o espanhol falado no Novo-Mundo. Alguns argentinos e urugaianos pronunciam o “y” como um “j” português. Outro fato digno de registro é o “seseo” ou seja a troca do “z” pelo “s”, considerada por muitos gramáticos espanhóis como “lapsus linguae”. Segundo alguns autores, entre os quais Ricardo Monner Sans, predominou na Argentina o linguajar andaluz e no Uruguai o linguajar leonês. “Em Montevideu – observou Ernesto Morales – adota-se o pronome tu, que na Argentina só aparece na literatura.” (El Dialecto Criollo – Buenos-Ayres, 1947). O sufixo “ado” perde o “d” intervocálico em ambas as margens do Rio da Prata. “Em rio-platense – notou Vicente Rossi – todas las clases sociales pronunciam ao.” (In Boletim de Filologia de Montevideu – Tomo II – Números 6 e 7). Também Augusto Malaret observou: “La omisión de la d intervocálica es vicio español.” (Dicc. de Americanismos).



processos típicos de transformação glótica⁵. O esquecimento ou a perda da sua significação primitiva efetua-se, no entanto, de modo gradual e espontâneo. A obliteração da “consciência etimológica”, na abalada opinião de Mário Barreto, constitui o maior fator do progresso linguístico. O que cumpre ressaltar é que a evolução semântica, mesmo em grau pre-primário, é, incontestavelmente, um importantíssimo manancial de idiotias e de modismos oracionais. Também a lei do menor esforço é um poderoso agente de transformação orgânica das línguas.

Frisamos esses aspectos porque, no caso brasileiro, o seu alcance reveste decisiva transcendência. Entre a acepção original e o sentido último de certas palavras é fácil encontrar todo um intrincado conjunto de estimulantes mesológicos. Há vocábulos que involucionam, como há os que não cessam de evoluir ou de sofrer deturpações. Daí a significação transitória que eles assumem de quando em quando. Há também que não perder de vista: até mesmo vocábulos recém-importados e estrangeirismos recentes ocasionam, as vezes, a quebra parcial do padrão linguístico do povo que, no seu linguajar rotineiro, simples e desataviado, frequentemente altera o valor acepcional ou conceitual dos vocábulos e indo, não raro, ao ponto de incidir em verdadeiras aberrações semânticas.

Sejam quais forem as divergências possíveis, não cabe a menor dúvida de que o “habitat” é um poderoso fator de deformação das palavras e de criação de chulismos e apelações vulgares, ditando, aqui e ali, profundas linhas de diferenciação lexicográfica. Convém não esquecer, pois o fato é digno de nota, que a interação linguística se opera no seio de toda a massa falante e depende estreitamente da estrutura social. Nada temos que admirar no fenômeno. Cumpre advertir que a evolução das palavras, em determinados meios, vai ao extremo de alterar o seu significado tradicional e dar-lhes sentido antinômico do originário. Pode-se afirmar, sem receio de exagero que a mesologia é a principal responsável pela degradação semântica tão comum e generalizada no Brasil. Não há

⁵ as causas do arcaísmo, como se sabe, são a degradação semântica, a sinonímia e a perda de ideia ou objeto.

que divergir, alias, no exame da evolução linguística em curso acelerado em todos os quadrantes do país.

Pode-se dizer que entre os fatores de fragmentação das línguas em forma dialetais, sub-dialetais, co-dialetais, gíricas e “patois”, abrangendo a semântica, a prosódia e a grafia, avultam os de ordem demopsicológica, como muito bem assinala Ungarelli em seu interessante “Vocabulário del dialeto bolognese”. Antes de atingir o seu estado de cristalização, um dialeto ou grupo dialetado de palavras passa por diversas fases, recebe inúmeras influências, obedientemente a lei fatal do transformismo e o desaparecimento paulatino das formas intermediárias ou elementares é acompanhado sempre de radicais transmutações morfológicas, visíveis sobretudo no “sermo quotidianus”.

Ocorre mencionar, dada a oportunidade, que há leis rigorosas a que obedece a constituição dos léxicos e vocabulários, entre elas: o abrandamento da consonância medial, principalmente da intervocálica, a supressão das vozes, breves, a mudança na significação das palavras, a sinonímia, o contágio, a derivação e a composição⁶.

A síncope da consonância medial é fato linguístico que no Brasil ocorre com extrema frequência, sobretudo em algumas regiões, por imposição dos maneirismos prosódicos e dos vícios de pronúncia imperantes. Outro fato corriqueiro – e aqui convém lembrá-lo – e a supressão semântica de vozes breves, gerando a contração vocabular, ora com maior ou menos incidência desinencial, ora com maior ou menor incidência ditongal.

Com atinência ao Rio Grande do Sul, um dos pontos a examinar com particular interesse é o dos neologismos, cujas causas tem sido, com

⁶ Há no Rio Grande do Sul, como havemos de ver, um apreciável numero de palavras compostas por prefixação e sufixação. Como elementos acessórios que se aglutinam ao radical dilatando-o morfológicamente, os afixos tem enorme importância no enriquecimento das línguas. Um outro ato cumpre acentuar devidamente: as transformações por abrandamento e as quedas de fonemas que ocorrem em todo o Estado, obedientemente à lei do menor esforço, por força da qual as consoantes geminadas e as letras insonoras ou anti-eufônicas tem desaparecido com o envolvimento natural das línguas.

alhures, a influência literária ou semiliterário, o contágio linguístico e a criação do objeto. Muito embora não se possa aceitar sem restrições a afirmação de que a maioria dos termos caracteristicamente gauchescos são de extração plebeia, não há negar que possuem eles, via de regra, acentuado tom popular. Na variegada sociedade rio-grandense de outrora, o vértice do polígono social – a vida pastoril – estava exposto, muitíssimo mais do que hoje, à influência pressional das classes incultas ou semiletradas. Mas nessa influência há que distinguir a ação da plebe propriamente dita, composta de peões, tropeiros, agregados, carreteiros, charques, guasqueiros, bolicheiros, etc., e a ação de grande parte dos senhores territoriais, dezenas de estancieiros, invernistas, de charqueadores igualmente escassos de instrução.

Precisamos não esquecer que nas cidades, onde era incomparavelmente maior o número de portugueses reinóis e outros europeus emigrados de “status” cultural mais desenvolvido, foi mais fácil e rápido planizar a fala coletiva, graças ao poder unificador mais acentuado e atuante do idioma oficial. As cidades foram, desde logo, focos de irradiação de cultura europeizante, já dissemos alhures. Além disso, é preciso frisar que nos campos, onde os elementos de extração cultural mais apurada escasseavam e a peonada rude repululava no regime “*sui generis*” da “monarquia”, não se fez sentir tão fortemente esse processo catalítico de europeização compulsória, em que pese a divergência de opiniões.

É preciso salientar, nesta altura, que se houve um grande número de peões e tropeiros que ascenderam as camadas superiores da sociedade rural, não foi grande o número de brancos-descendentes europeizados que a ela se incorporam. O que se deve fazer, desse modo, é estudar a língua luso-brasileira no Rio Grande não através de caracteres linguísticos particulares e sim no conjunto dos “complexos culturais” que explicam a acidentada formação histórica do Estado.

Não somente na determinação de condições especiais de fraseologia, mas também na fixação geral da sintaxe, faz-se sentir poderosamente, entre nós, a intervenção permanente do meio, sendo de

observar o caráter idiopático ou onomatopaico de centenas de vocábulos quase fotograficamente representativos. Se a ação social, bem considerada, é a síntese das energias inter-relacionadas em função do “habitat”, as palavras regionais, como fenômeno eminentemente mesológico, traduzem sempre essas energias e, pelo uso continuado, se tornam impessoais, necessariamente utilizadas por todos. A profunda entrosagem dos vocábulos idiopáticos na ecologia regional basta para nos mostrar como bem comum, legado através dos anos e enriquecido incessantemente com as experiências das gerações. Se quisermos inferir algo sobre a intensa circulação de certos valores gramaticais essencialmente plebeus, fato que se observa com particular agudeza no famoso dialeto ciciliano, nos parece que a conclusão mais acertada é a de que tais valores possuem, em si-mesmos, uma função expressional acentuadamente social.

O “HABITAT” RIO-GRANDENSE

Convém ter sempre presente que a injunção peremptória do “habitat” foi uma constante na formação rio-grandense. Imperativo irrecorrível, suscitador de poderosas forças diferenciadas e individualizantes, o observador mais desprevenido reconheceria desde logo a sua relevância. Unidade elementar na sociedade, por muitos mesmo considerada como unidade social originária, a terra frequentemente pré-condiciona as relações coletivas, embora seja somente uma parte da situação total do ecúmeno circum-ambiente. Ao falar da regionalização ou melhor da provincianização de certas paragens brasileiras, é preciso partir, em primeiro lugar, dos elementos espaciais.

Na consideração dos “processos” gaúchos, esses elementos assumem excepcional destaque, apresentando-se nos decisivos. Colocando-se, com efeito, a observação desta estremadura meridional do Brasil em ângulo rigorosamente mesológico, ela nos surge riquíssima de aspectos originais. O Rio Grande do Sul pertence, do ponto de vista geográfico, a uma região intermediária, originadora de curioso paisagismo. O seu “facies” territorial, no tocante à fisiografia, pode ser dividido, grosso modo, em três grandes secções bem definidas e distintas: litoral, serra e campanha. Sem a proteção do extenso molhe coralino que, acompanhando a beira-mar atlântica, estaca, de chofre, na altura de Santa Catarina e batido pela rebentação das ondas, o litoral rio-grandense apresenta-se arenoso, intratável, naufragoso, varrido pelos ventos e planiformes compondo quadros de desolação saárca e ermidade agreste que se gravam indelevelmente na retina dos menos atentos⁷.

⁷ Em seu recente ensaio “Regiões Fisiográficas do Estado do Rio Grande do Sul”, (São Paulo, 1948), Paulo de Castro Nogueira chamou-o de “planície costeira”, acentuando, em termo incisivos, o aspecto desértico que o caracteriza. A começar da parte que defronta com a Ilha de Santa Catarina, o litoral brasileiro tem a mesma fisionomia geral até o Chuí. Na costa do Rio Grande do Sul, porém, é onde ele se mostra mais areento e nu, surgindo aqui e ali, por entre os cômoros e montículos de areia, alvadia, lagoas e lagunas de curiosa formação, muitas das

A serra, vista em conjunto, é um altoplano ou uma esplanada, onde inexistente a floresta fechada propriamente dita. Dotada de magníficas caudais meandrosas, as corcovas das suas montanhas sobranceiras, reveladores da pristino cataclismo sísmico, se alcandoram caprichosamente em recortes desconexos e espigões fendilhados, muitos dos quais, depois de ligeira inflexão, vão atingir, através de depressivos socalcos, a contrastante franja marinha. Na parte oriental, pela tarde, ocorre o singularíssimo fenômeno da “viração”, que atrai o ar úmido do litoral e com ele espessas nuvens, cuja evaporação determina finíssimos nevoeiros⁸.

Já disse alguém e pode-se mesmo ter como certo que a campanha, com sua dotação de amplos terrenos savanosos, pontilhados de cortinas de mato e de capões arborescentes verde negreando na cobertura esmeraldina de gramíneas quase sem encrespamentos, constitui, sem nenhum exagero terminológico, a antecipação ou a antessala geomorfológica dos desnudos “llanos” platinos⁹.

Conhecida a feição “sui-generis” do Estado, orlada de elementos separadores, naturalmente delineativos, com um único e difícil respiradouro marítimo, não é de admirar que ele tenha sido, desde o século XVI, uma área cultural concêntrica, mas não cissípara, exuberante de valores pronunciadamente regionalísticos.

Assunto que requer uma pesquisa vagarosa é o do processamento anterior da formação gaúcha. Transcende a questão da simples fixação do homem longe do litoral adusto e temido, onde a precipite erecção do Presidio de Jesus-Maria-José – verdadeiro “vicus portensis” justifica a tese de H. Herubel de que o aparelhamento das

quais, como acentuou Everardo Adolfo Backheuser, nada mais são do que simples poços de águas salobra. (A Faixa Litorânea do Brasil Meridional, Rio, 1918).

⁸ O Planalto está localizado em plena região do “trapp”, constituindo, assim, no massiço nordestino do Estado, uma área de marcada constituição trappeana. Um tanto semelhante, como já foi lembrado, aos “plateaux” da Columbia, nos Estados Unidos, P. F. Carvalho estudou-o sob alguns aspectos inteiramente novos. (Reconhecimento geológico no Estado do Rio Grande do Sul”, in “Boletim” nº 66 do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil.

⁹ Veja-se “Fisionomia do Rio Grande do Sul” do P. Balduino Rambo – Porto Alegre, 1942.

barras sempre tem na sua origem uma significação essencialmente militar¹⁰.

Ao contrário do resto do Brasil, cuja colonização assentou na base da exploração agrícola, o Rio Grande do Sul nasceu e se formou à custa do gado. Tornou-se a criação, desde o início, o eixo da sua vida coletiva. Já dissemos em outro lugar que a formação gaúcha, sob inúmeros aspectos, apresenta-se como obra exclusiva do pastoreio, da gadocracia¹¹. O XVIII foi o século do fastígio da sesmaria, poderoso instrumento de posse das vastidões realengas, como o seguinte seria o das estâncias e charqueadas, estas corolário natural da saturação pastorícia¹². Durante duzentos anos, o advena veio para cá atraído pelo

¹⁰ L'Homme et La Côte – 1936. Alguns pontos de vista perfilhados por Jorge Sallis Goulart em sua “A Formação do Rio Grande do Sul” (Porto Alegre, 1933) são discutíveis. Sustenta ele, em compensação, algumas teses dignas de atenção, entre as quais a de que o Rio Jacuí foi o grande caminho da civilização gaúcha. Está visto que o fato se explica pela própria feição física do Estado. Também excelente é a parte em que o autor aprecia, nas suas linhas predominantes, o quadro da colonização do território rio-grandense, caracterizando-a como um movimento de interiorização e de afastamento da zona marítima.

¹¹ O Pampa Heróico – Rio, 1942.

¹² Já se transformou em verdadeiro “slogan”, constantemente repetido, a afirmação de que a presença do gado pé-delineou a estrutura da formação gaúcha. Elemento polarizador das correntes povoadoras, desde logo submetidas à atração irresistível da estância, ele determinou desde cedo, um regime de vida coletiva baseado no “rush” do pastoreio, o que só encontrou limites na regulamentação da propriedade privada através da concessão legal das sesmarias. Mas não é isso, propriamente o que por ora vem ao caso. O que nos deve interessar aqui é o gado como medida de valor econômico e como instrumento de radicação demográfica, infinitamente mais importantes do que em geral se julga. Houve, sempre, uma rigorosa correspondência entre gado e povoamento na ex-Província de São Pedro. Época houve em que as fazendas chegaram a ser autênticos micro-organismos sociais, por vezes separados ou estanques, mas invariavelmente correlativos em sua dinâmica.

Sofreu a criação, é certo, no correr do século XIX, graves crises: o sonho do Faraó muitas vezes se realizou, tendo havido, pois, numerosos “sete anos de vacas magras”. Mas não sabemos, apesar disso, de atividade que no Brasil de outrora tivesse tido influência social mais decisiva. É de notar que, centralizando funções econômico-sociais e políticas relevantíssimas, a estância foi um divisor de águas entre a arrebanhada aventureira e o pastoreio semi-nômade. Seja-sos permitido concluir esta note com a citação de um reparo que fizemos alhures: “Até meados do século XIX, foi o extremo-sul um território de população rarefata, em que a ideia de propriedade apenas clarescurecia, tendo por enervação social as fazendas, simples ranchos de beira-chão, mal cozidas, esparsas pelos campos sem valados ou tapumes, quais ossamentas perdidas na ermidão, a meter pelos olhos dos raros viajantes uma impressão confrangedora...” (O Solitário da Casa Branca – Rio, 1945).

irreprimível e perturbador fascínio do aumento. Também por causa dele é que o Governo português volveu as atenções para a terra continental.

Se o pastoreio foi, em toda a formação do Rio Grande, um imperativo categórico, a que não lhe foi dado fugir, a princípio sob o regime da arrebanhada, depois sob o patrocínio da sesmaria e finalmente sob os auspícios da estancia, é evidente que o gado sempre esteve, para o povo gaúcho, em plano primacial. A criação foi uma decorrência de condições particulares do povoamento do Estado antes que se tornasse uma premência da vida coletiva. A atração do campo atuava implacavelmente, vencendo todas as resistências. Quando, em outras latitudes, se observava a “atração da costa” a contrariar os impulsos de penetração, aqui a civilização não se ateve, em momento algum, à fimbria oceânica, afastando-se, mesmo, da orla marítima para a interlândia a proporção que a fazenda, tomando vulto, ia monopolizando a atenção das correntes povoadoras. Quando ia em meio o século XVIII, a expansão do criatório tinha atingido um nível tal que o pastoreio, imposição mesológica incontestável e como que passada em julgado, absorvia, por assim dizer, quase a totalidade da população.

É inegável que o privilegiado sistema hidrográfico do interior rio-grandense facilitou o adentramento dos núcleos demográficos, desde logo localizados, aliás, à margem dos cursos d’água, sobretudo ao longo dos rios Jacuí, Taquarí, Vacacaí-Grande, Caí, Sinos, Gravataí, Ibicuí, Camaquã, etc. aos governantes do Rio Grande, ao tempo da Colônia e do Império, não passou despercebida, aliás, a importância social, política e econômica desses cursos d’água, tanto que, por diversas vezes, determinaram medidas no sentido de torna-los francamente navegáveis. A propósito, é muito útil ler o trabalho “Exploração dos Rios, Lagoas e Baías da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul”, escrito, em maio de 1862, pelo engenheiro militar tte.-cel. José Maria Pereira de Campos.

Nunca será demasiada a insistência com que for salientado este ponto: o desenvolvimento das atividades pastoris “en grand”, avolumadas dia para dia, edificou a estrutura social e econômica do Rio Grande, determinou o aparecimento dos intérminos latifúndios semi-feudatários,

com pequenos tratos aratórios a ilharga, como os antigos morgadios do Minho e provocou o primeiro comércio extra pecuário da campanha ou seja o comercio moveção dos “mascates” e mercadores ocasionais, antecessores dos “gringos” e embrião dos clássicos bolichos estradeiros.

Ao mesmo tempo, outras fontes de riqueza – o trigo, produzindo de 80 por 1, isto é, com desenvolvimento altamente remunerativo e a lavoura mandioqueira para o preparo de farinha, igual ou superior à de Suruí, em dezenas de azenhas, vinham criar, juntamente com os eitos canhamoços, os fundamentos da agricultura e da agroindústria rio-grandense, atenuando, ao mesmo tempo, persistente predomínio da sociedade fazendeira eminentemente patriarcalista e artesanal nas solidões monótonas do pampa pradoso e distenso, só cruzado, de quando em quando, por ronceiras viaturas. Um dos portugueses reinóis mais inteligentes que visitaram o Rio Grande do Sul no século XVIII foi, sem duvida, Francisco Joao Roscio. No seu “Compêndio Noticioso do Continente do Rio Grande de São Pedro”, escrito em 1781, fornece-nos ele uma descrição viva e palpitante das carretas que teve oportunidade de conhecer. Nada mais eram do que veículos primitivos, mal acabados, grosseiros mesmo, com armação de palha e teto circular de couro cru¹³.

Ao sociólogo que se dedicar ao estudo especializado da estância gaúcha interessara saber que ela cresceu iso-morficamente, projetando-se em pontas radiais, e tendo suas componencias de maior importância no quadrilátero geográfico de que são vértices o curso médio do Uruguai, Depressão Central, a fronteira uruguaia e a região lacustre. Quadrilátero de maciça colonização portuguesa e luso-brasileira, como o próprio Planalto serrano, onde o açoriano, agricultor por instinto e adaptativo por

¹³ Reeditado recentemente pela revista do Inst. Hist. e Geogr. do Estado com notas explicativas e documentais. (Números 105 a 108) – 1947. O Rio Grande do Sul, como o Prata, teve a sua idade-do-couro, autêntico complexo cultural, responsável, aliás, pela alcunha de guasca desde cedo imposta ao rio-grandense. A seguinte observação de Augusto Meyer, escolhida em seu livro “Prosa dos Pagos” já citado, esclarece satisfatoriamente este ponto básico: “Se era imperioso o consumo imediato da carne entre os povos, o do couro manifestou-se em toda a região meridional, aquém e além do Prata, com a importância de um complexo cultural mais ou menos caracterizado, representando de certo modo um estilo de vida.”

índole, mentiras e das searas fecundas, condizentes com sua atávica preferência pelo cultivo regular da terra.

Os Algarismos revelam que enquanto antes de 1800 o embarque de gêneros agrícolas era diminutíssimo, já ao tempo do Tratado de Badajoz (1802), se processava promissoramente, acompanhando, assim, o aumento havido tanto volume como no valor na exportação de produtos de origem animal. Esse é, talvez, o primeiro fato importante que cumpre notar no tocante ao processo ascensional, claramente definido, da lavoura gaúcha a partir dos começos do século XIX, época em que os grandes senhores territoriais das estâncias, cercados de numerosa famulagem e em meio a hipomania e á monocultura do gado, consolidavam sua posição hierárquica quer como classe econômica, quer como grupo cultural, quer, ainda, como comunidade ecológica no sentido mais amplo da expressão.

No que toca à triticultura, pode-se dizer que ela não tardou a empolgar dilatada área, racionalmente sub-dividida e cercada como defesa contra as correrias do gado expresso em milhões de espécimens bravios ou só parcialmente costeados. Houve tempo – a bem dizer todo o século XVIII e grande parte do subsequente – em que a criação provavelmente se fazia por processos os mais simplicistas, reconhecendo os fazendeiros apenas a necessidade dos rodeios e das queimadas. Os rodeios, para o costeio do gado. E as queimadas, para o crescimento de novas ervas nos campos após as chuvas. Não julgamos necessário encarecer os resultados de tal empirismo.

O que jamais se poderá por em dúvida é a decisiva influência da fronteira convulsa sobre a agricultura continentina. Seria, aliás, bem difícil compreender os altos e baixos da lavoura tríticola sem a consideração das constantes lutas raianas, tão responsáveis como a “ferrugem” pela sua melancólica decadência muito antes mesmo da Revolução Farroupilha, que, por fim, a golpeou de morte. São concludentes, nesse particular, os documentos já exumados.

Não se ignora que a invasão de Pedro Cebalhos em 1763 causou o primeiro e catastrófico colapso da produção triticea no Rio Grande do Sul. O que disse o já citado Francisco João Roscio constituiu uma verdade meridiana que vem face da fronteira frequentemente atroada de cavalgatas guerreiras pudessem os povoadores do Rio Grande encontrar ambiente propício aos labores enxadeiros¹⁴. Evidentemente, por mais esforçados que fossem, não poderiam eles, no século XVIII, sustentar as suas atividades agrícolas num nível elevado, podendo apenas mantê-las à altura das suas necessidades primárias de subsistência. É importante frisar, sempre, esse ponto.

A sociedade rio-grandense só teria uma sólida estrutura agrária, sólida e efetiva, com a vinda dos contingentes humanos da Itália e da Alemanha, que a partir de 1824, enviaram para cá grande parte dos seus excedentes populacionais.

O advento dos saladeiros trouxe para o Rio Grande uma nova era de prosperidade. A esse tempo, Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Rio Pardo desenvolviam-se a olhos vistos, em acelerada marcha para a condição de centros fabris manufatores, tornando-se importantes núcleos comerciais. Convergiam para as quatro cidades, à procura de escoadouro, os principais produtos da Província, sobretudo o charque, o couro, o sebo, as peles, os chifres e os pelos, disputadíssimos nos mercados externos, nacionais e estrangeiros. Ainda no dealbar do século XX, a situação do charque era de primeiro lugar nas exportações gaúchas. Principalmente Pelotas, com suas largas ruas, e suas casas elegantes, quase todas de sotéa e Rio Grande com suas torres e mirantes, de onde os moradores observavam a entrada e saída dos navios, constituíam as válvulas de escape, por mar, dos produtos, e subprodutos pecuários, cujo valor médio por tonelada, no século XVIII, pouco oscilou. É bem verdade que houve, nos Oitocentos, frequentes flutuações na balança comercial gaúcha,

¹⁴ Não podemos encontrar depoimento de maior autoridade sobre o Rio Grande antigo que o de Saint-Hilaire. A sua “Viagem ao Rio Grande do Sul” (São Paulo, 1939), pelas valiosas informações que encerra, é uma obra cuja leitura se faz sob vivo interesse. Referindo-se ao centaurismo do gaúcho, que sobremoda o impressionou, escreveu ele: “Não há ninguém nesta região que não seja bom cavaleiro...”

determinadas sobretudo pela variação quantitativa na venda de mercadorias pastoris, fortemente tributadas.

O estudo demorado do Rio Grande na época fervente da Revolução Farroupilha deixa forte convicção de que aquele transcendente movimento armado teve, como uma das suas causas deflagradoras, a excessiva e injusta taxaço dos campos, dos gados e dos produtos pastoris, esteio máxímo de toda a riqueza da Província, desde há muito impiedosamente sugada, em seu potencial econômico, pelo pode imperial essencialmente dizimeiro.

Com referência a esses atributos asfixiantes, advertimos alhures: “A exorbitância dos impostos, cuja incidência nem sempre se justificava, era de tal ordem que, elevando-se a cerca de 800 contos anuais, sobrexcedia os recursos da economia provincial, estrangulando-a”¹⁵. esse fato está bem claro hoje e a conclusão é indiscutível. É interessante observar que a migração das charqueadas do Rio Jacuí para as margens do São Gonçalo avolumou-se após a cessação da luta. Com essa transferência, fato único e inédito na historia econômica do Brasil e quiçá da América, os fazendeiros e invernistas da campanha só encontraram um caminho: a fundação de novos estabelecimentos nas respectivas zonas. Foi então que a indústria saladeril, espraiando-se por diversos quadrantes, também se desenvolveu nas cidades de Bagé, Santana, Jaguarão, Uruguaiana, São Gabriel, D. Pedrito e outras. Não se deve esquecer que o surgimento da charqueada no Rio Grande do Sul assinalou o início de sua fase pré-capitalista propriamente dita.

Temos sobre o deslocamento da indústria sladeril um depoimento expressivo, o de I. V. Pederneiras. Trata-se de um trabalho pouco conhecido, intitulado “Interesses materiais da Província de São Pedro” (P. Alegre, 1872) e que avulta entre os mais significativos no gênero. A razão principal daquele fenômeno se encontraria nas dificuldades de navegação do canal de Itapuã ou poderia ser explicada pela privilegiada situação geográfica de Pelotas. A verdade é que não é

¹⁵ Aspectos políticos da sociogênese rio-grandense – Rio, 1944.

possível conceber-se uma causa única ou isolada. Servindo de veículo à fixação de novos rumos ao saladerismo, é preciso ver nele o resultado, sociologicamente complexo, de múltiplos excitantes geoeconômicos.

Parece-nos que no século XVII, em face do hercúleo e incessante avanço dos bandeirantes, não podia mais o Governo espanhol cingir-se à medidas restritas, embora importantes. O ingente problema de uma proteção eficaz contra as bandeiras temerárias, cujo numero ia progressivamente aumentando, em sucessivas ondas irruptoras, não se resolveria, alias, enquanto ele não tomasse providencias enérgicas. O missionarismo apresentou-se, nesta condições, como meio capaz de proteger, com eficiência, os direitos castelhanos e nos convênios posteriores.

Antecedentes nesse sentido, de resto, não faltavam, se bem que limitados a certas zonas fora do raio de ação dos sertanistas luso-brasileiros. A Companhia de Jesus na América espanhola se encontrava já em parte mobilizada, numa distinção gradual de esforços evangelizadores que estava sendo levada a efeito há vários anos, através de reiteradas penetrações catequéticas. O Governo de Madrid procedeu, então, por intermédio dos seus “adelantados”, a um balanço das forças embatinadas de que dispunha afim de obter uma visão de conjunto da situação, menos tendo em vista analisar as condições de cada “encomenda” isoladamente do que observar a possibilidade de um sistema uniforme de arrojado catecumenato politico. Este foi finalmente estabelecido, não tardando a sobre passar a fase experimental.

Talvez seja interessante assinalar que as perspectivas para uma ação de peso podiam ser assim resumidas: tratando-se de territórios à margem do expansionismo bandeirante, o movimento de evangelização seria intensificado em profundidade com a fundação de novas “reduções”; tratando-se de anacumenos sujeitos às investidas das bandeiras dilatadores dos confins lusitanos a ação jesuítica seria fomentada em extensão. Nasceu, dessa forma, a reação espanhola sob o disfarce do jesuitismo despaganizador.

É curioso observarmos: essa reação evoluiu rapidamente no que respeita à extremidade meridional do Brasil, sendo digno de nota o esforço revelado pelos inacianos no que tange aos vales do Jacuí e do médio Uruguai, onde, sem tardança, lançaram os alicerces de cuidada organização político-teocrática, verdadeiro Estado dentro do Estado, nos moldes do “Estado jesuítico do Paraguai”, reunindo nela, entre seus neófitos, cacicados guaranis de notória projeção numérica. Muitos anos viriam a decorrer antes que as afoitas bandeiras de prea procurassem desmantelá-la.

Incidem em lapso os que consideram os Sete Povos desligados dessa primeira tentativa de assenhoreamento. É para lembrar-se que eles foram fundados com o mesmo espírito reincidente de conquista. É de marcado valor o fato de que o fomento, intensivo e extensivo, da pecuária concorreu extraordinariamente para o seu célere desenvolvimento. O senso de previdência e o gênio realizador dos Jesuítas patentearam-se, de modo inequívoco, na disseminação paulatina das estâncias e lavouras missionárias. Quando eles penetraram no Rio Grande, ao que nos parece, o gado já estava amplamente difundido entre os povos brancos e indo-europeus das margens do Prata e do Paraguai, pela própria natureza de elemento econômico indispensável às rudes fainas colonizadoras e destinado ao amparo de vultoso contingente humano em constante mobilidade aventureira, na imensidão impressionante do solo recém-descoberto.

A indeterminável grandeza dos propósitos alimentados pelos loiolanos no Rio Grande forçou-os, desde o princípio, à acumulação de considerável riqueza pecuária, cuja preservação, por outro lado, se tornou motivo de sucessivas providências acauteladoras, inclusive o uso de armas de mecha. Formando nas “reduções” setor predominante, mas infelizmente desaveriguado, da atividade catequética e arregimentando, em razão desse primado, significativa parcela de índios docilizados, a pastorização deu, por assim dizer, valor próprio aos postos de vigilância estabelecidos nos campos circunjacentes. Postos que tinham por objeto, além de manterem à distancia as feras e os íncolas infiéis, também o

costeio do gado de cria, a domesticação de equinos e outros serviços pastoris.

A experiência demonstrou, a certa altura, a consciência de outros estabelecimentos mais extensos reservados ao engorde natural e à livre procriação dos rebanhos. Daí, pois o surgimento das “vacarias”, muitas vezes afastadas das aldeias, o que impunha aos “mboyas” longas viagens e demoradas permanências em sítios longínquos¹⁶. Para confirmar esse ponto de vista bastaria observar o rico e variado epistolário contido nas “Anuas”. Além disso é preciso frisar que em torno dos Povos não tardaram a surgir as áreas agricultadas, aqui e ali salpicadas de pomares e ervais segmentários, quais nergas de terra bizarras dentro do imenso e avassalante cenário pastoril, cujas atividades, longe de se manterem em nível rudimentar, aos azares oscilantes da rotina, chegaram a resultados surpreendentes. Avalia-se em cerca de cem mil pesos fortes o rendimento anual dos Sete Povos.

É sabido a multiplicação vegetativa das manadas jesuíticas processou-se com uma rapidez vertiginosa. Não há mesmo exemplo de expansão tão intensiva em tão curto prazo. Para se fazer ideia desse desenvolvimento inaudito, basta considerar que o “golpe de ganado” ou pequena ponta de gado trazida pelos Padres Cristovão de Mendonça e Pedro Romero – os primeiros tropeiros do Rio Grande – já no começo do século XVIII não tinha conta. É exato, como afirma Aurélio Porto, que descampados fertilíssimos, banhados de arroios, ofereciam todas as facilidades para a multiplicação de gados¹⁷. Foi escrita por Antônio Manoel Corrêa da Câmara esta observação pristina: “É admirável ver os tapetes verdes que se desenrolam pelo interior.”¹⁸

Ouçamos AURÉLIO Porto neste passo: “Em fins de 1636, quando o Capitão Antônio Raposo Tavares, à frente da primeira bandeira,

¹⁶ “Mboyas” ou “chemboyas” era o nome que os Jesuítas fizeram crer aos índios que lhes dava o Rei de Espanha, em prova de sua estima e que significava “vassalos de Sua Majestade”.

¹⁷ História das Missões Orientais do Uruguai – Rio, 1943.

¹⁸ Ensaio Estatísticos da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, 1851.

investe contra as aldeias do padres da Companhia e destrói Jesus-Maria e outras, já havia, nas campanhas missioneiras, a oriente do Uruguai, número superior a 5.000 cabeças de gado bovino.”¹⁹

Ao surgirem a vila de Laguna e a Colônia do Sacramento, esse número estava, sem dúvida, centuplicado, malgrado as furiosas e recrudescentes arreadas dos “acioneros” e changadores platinos, desde logo associados aos coureadores portugueses. Não é mister fazer praça de muitos testemunhos coevos para comprovarmos essa assertiva. O que entra pelos olhos adentro, o que parece inegável é que a decantada “Vacaria dos Pinhas”, sota em Cima da Serra, foi um poderoso chamariz, um verdadeiro imã nos primórdios do povoamento deste Estado. Foi em 1713 que os índios das Missões penetraram no Planalto, abrindo estreita vereda nos matos depois denominados Português e Castelhanos, ali internando cerca de 80.000 exemplares de gado vacum, desde logo, entretanto, pilhados por maltas de aventureiros num regime tumultuário de simples tendência hedonística. O resultado foi que, ao cabo de alguns anos, a vacaria quase deixou de existir. Houve no Rio Grande, durante o século XVIII, outras vacarias e internadas jesuíticas mas nunca com a importância que a “Vacaria dos Pinhais” chegou a alcançar²⁰.

Até agora quase só se conhecem os traços gerais do Rio Grande pré-cristão, isto é, do Rio Grande primevo e anti-histórico. Convém não esquecer, no entanto, que ele não tardou a sair do estado de puro indigenato e evoluiu para a segunda metade do século XVI com diversos trechos virtualmente devassados. E não é demais que ainda uma vez, se reconheça a importância do comércio desde logo entretido por experimentados e aventureiros vicentinos com os aborígenes do Rio Jacuí, comércio esse que o P. Roque Gonzales surpreendeu regular e intenso, quando de sua primeira incursão pelo território gaúcho em 1619.

¹⁹ Op. cit.

²⁰ Florêncio de Abreu escreveu: “para promover o crescimento célere da criação, impuseram os missionários de começo a proibição de matar as vacas e com o decorrer do tempo estabeleceram vacarias em determinados sítios, de onde não se tirava rez alguma.” (O Gado bovino e sua influência na antropogeografia do Rio Grande do Sul – Rio, 1942).

Não há dúvida nenhuma de que o seu alentado relatório e a primeira informação escrita que se conhece sobre o Rio Grande. Elaborado em fins de 1627 consta da “Anua” apresentada no ano seguinte pelo P. Mastrilli Durán. O estudo desse relatório é dos mais importantes para o conhecimento da terra continentina dos começos do século XVII. Importa assinalar nele dois pontos particularmente dignos de atenção: a abundância das notas geográficas e o especial cuidado na enumeração e classificação etno-genealógica das populações nativas. Há um detalhe que não pode ser omitido: o interesse com que o cronista se refere a região guaibense, matriz de todo um ciclo de fecunda aproximação euro-índia.

Creemos que nenhum gênero de estudo se impõe mais aos observadores do passado rio-grandense do que este: o das consequências, diretas e indiretas, daquele distanciado intercurso. Andando pelo Ibiaçá, os Jesuítas, encontraram aí, muitos anos antes da descida de Antonio Raposo, rancharias de mamelucos, costumados, conforme o relatório do P. Roque Gonzales, a “comerciar através do caminho do rio”, e mesmo, aliás, que, na década 1635-1645, bussolariam as soberbas ações incursionistas dos predadores de “peças”. Por nossa parte achamos que, muito antes de encetado o ciclo de preamento nas fraldas orientais da Serra Geral e na margem esquerda do Guaíba, já era essa região teatro de frequentes contatos aculturativos entre indígenas e traficantes brancos. Não é impossível, de resto, que o Rio Grande haja sido palmilhado ainda no século XVI, dentro dos limites circunstanciais, por viajores europeus obscuros, mas que teriam contribuído eficazmente para arranca-lo à integral dominação do elemento ameríndio. É muito provável, outrossim, que essas remotíssimas penetrações tenham determinado não poucas referências toponímicas, a julgar pelos registros cartográficos da época.

Com efeito, um dos pontos mais visados pelos aventureiros quinhentistas foi o Rio da Prata, cujas águas, levando as entranhas do Continente, foram por eles singradas em todas as direções. Açulados por desenfreadas cobiças, os desvirginadores desta parte da América cruzaram e recruzaram o seu vasto interland, avançando e arrepiando

caminho, cometendo empreendimentos arriscados e perecendo, aqui e ali, às frechadas insidiosas do selvícola revel. Essa irradiação desbravadora, orientada no sentido das riquezas jacentes e dos supostos tesouros indiáticos, como os do El-Dorado e do Paititi, teve Buenos Aires e Assunção, em grane parte, como centros geográficos mais importantes. É indiscutível que o atual território rio-grandense foi desde cedo atingido pelo movimento de expansão e conquista, mais econômico do que político, que, partindo dos núcleos platinos, não demorou em assumir relevante projeção. A difusão das “entradas” na futura Capitania de SÃO Pedro no século XVII deve ter sido intensa e profícua, porquanto a influência de Buenos Aires já então cobria toda a vasta região cisplatina. Essa influência seria tanto maior quanto mais poderoso fosse se tornando o reduto portenho como centro de dispersão humana e como alavanca dos deslocamentos expansionistas para o norte, isto é, para a campanha do Rio Grande, desde logo considerada pelo Governo espanhol como parte integrante dos seus domínio ultramarinos.

Não pode sofrer contestação a afirmativa de que os descobridores do gado rio-grandense arrastaram empós de si verdadeira legião de bucaneiros. Principalmente à região do Viamão, cujo futuro promissor já no fim dos Seiscentos se ia esboçando, acudiram, nos começos do século XVIII, dezenas de lagueneanos, sacramentenses e paulistas, ali se acantonando com “estâncias montadas”²¹.

Devemos reconhecer que quando se contempla o Rio Grande começante não se pode fugir à fundação da colônia do Sacramento. Foi seu fundador D. Manuel Lobo, submetido, logo em 1681, a apertadíssimo bloqueio, quem primeiro compreendeu a importância fundamental do gado em função dos campos rio-grandense. Coube-lhe, por isso mesmo, o mérito de aconselhar insistentemente a fundação de Laguna como trampolim estratégico para o aproveitamento dos colossais rebanhos

²¹ Passamos a transcrever uma observação de João Borges Fortes sobre este ponto: “São as estâncias que se alastram nas margens do caminho das tropas, engendrando a economia privada, atraindo novos povoadores para a insinuidade daqueles campos ermos cujo futuro promissor se ia esboçando.”

cisplatinos no povoamento vanguardeiro do Rio Grande. O interessante “Roteiro” de Domingos Filgueiras, de que existem já algumas reproduções parciais, foi feito em 1703 e permite concluir lisamente que no expirar dos Seiscentos já existia um caminho ou trilho bastante frequentado ao longo do litoral continentino. Numa carta de 1726, existente na mapoteca da Biblioteca Nacional, é possível lobrigar o traçado sinuoso de uma estrada que, partindo da Colônia do Sacramento, passava rente à embocadura do Rio Taquari e galgava as solitárias iminências alpinas do Planalto, na direção de Laguna. Deve ser a mesma de que nos dá pitoresca notícia o citado roteirista²².

Creemos não erras afirmando que o povoamento do Rio Grande com base na estância se operou em progressão geométrica após a fundação de Laguna. E parece licito concluir que foram principalmente os lagunistas que tornaram conhecida em São Paulo e Minas Gerais a formidável riqueza pastoril da terra charrual. Em 1780, examinando a situação estatística da população rio-grandense, Córdoba computou-a em 17.923 almas. Em 1803, segundo o censo determinado pelo Visconde da Anadia, a população continentina atingiu a cifra de 59.142. Houve, pois, no lapso de 23 anos, um aumento demográfico global de 41.119 indivíduos,

²² A malfadada Colônia do Sacramento, como primitivo centro de elaboração do gaúcho rio-grandense, está pedindo, desde há muito, estudos especiais. Estudos tanto mais necessários quanto os próprios historiadores uruguaios reconhecem, quase unanimemente, a sua decisiva importância no surto do gauchismo cisplatino, atribuindo a este, ademais, uma origem luso-aborigene-castelhana, o que é perfeitamente admissível, tendo em vista a íntima convivência de “malhechores” espanhóis, aventureiros portugueses e índios desgarrados nas campanhas do Rio Grande e da terra artiguenha não só no século XVIII como também nas primeiras décadas da centúria subsequente.

A importância e a extensão dessa convivência secular parece-nos terem sido suficiente expostas por Emilio Coni em seu esplêndido trabalho “Contribucion a la historia del gaúcho” (Buenos Aires, 1937), em cujas páginas assinala: “... los portugueses establecidos em Colonia desempeñaron importante papel em la colonización gauchesca del rincón sudoeste, pero, mayor fué su actuación em el norte del Uruguay”. Compreender-se-á ainda melhor o fenômeno se considerado o fato de que as incursões portuguesas – as clássicas “arreadas” – pelas campanhas do Uruguai, em tempo de paz, se efetuavam sempre com a cumplicidade dissimulada do Governo lisboeta e, em tempo de guerra, assumiam as proporções de verdadeiros atos militares.

Existe mesmo volumoso documentário sobre as recolhidas de gado em campos espanhóis ordenadas pelos Vice-Reis do Brasil.

correspondentes, em números fracionários, a cerca de 1800 por ano. Vale a pena suspender por um instante o curso desta exposição para lembrar que incompletos continuam os elementos de informação sobre o crescimento demográfico do Rio Grande nos séculos XVIII e XIX. Crescimento que, em determinado momento, se operou em função quase exclusiva dos núcleos coloniais, cuja alta taxa de reprodução, desde logo comprovada, foi, sem dúvida, o melhor motor para o desenvolvimento populacional do Rio Grande durante a era oitocentista.

Nada poderá caracterizar melhor a formação gaúcha do que a fronteira e a criação do gado, desde logo encadeada uma a outra. Nesse sentido é permissível dizer que o Rio Grande do Sul se formou sob o signo dúplice da pecuária e das lutas raianas. Daí o se poder compreender facilmente o vinco pastoril-militar da sua fisionomia histórica. Para mostrar até que ponto a contestabilidade das lindes infixas influiu na vida rio-grandense basta referir que elas só se estabilizaram definitivamente em 1802 com o Tratado de Badajoz.

Para consolidá-las, o povo gaúcho sustentou uma encarniçada luta bi-secular de vida ou de morte. Não fique sem uma menção especial o fato de que essa luta acrisolou o seu congênito sentimento de brasilidade. E um erro supor que há muito hispanismo ou castelhanismo no Rio Grande, ideia oriunda, sem dúvida, da defrontação fronteiriça. Nele, no entanto, incidiram J. Romanguera Corêa, Roque Callage, Alfredo Varela e outros. Roque Callage chegou mesmo a afirmar inconsideradamente que 60% dos vocábulos regionais do Rio Grande são de origem hispano-platina ou puramente platina. Já houve, pelo contrário, quem notasse que há muito portuguêsismo no Prata, o que, não há negar, empresta extraordinário relevo à história da confrontação luso-castelhana na América.

Parece-nos a opinião perfeitamente admissível. Adolfo Berro Garcia, abalisado iberólogo e americanista uruguaio, é um dos autores a admiti-la, nestes termos incisivos: “La influencia de la lengua portuguesa es manifesta em el vocabulário empleado por la gente de campo del

Uruguay, debido a la larga lucha seistenida entre espñoles e portugueses durante la época colonial²³.

Dentro da paisagem social e humana do Rio Grande do Sul, o tipo gaúcho propriamente dito tem limites geográficos e etológicos que convém não esquecer. Principalmente sentimos nele, como talvez em nenhum outro, a influência do atavismo étnico, que não determina, porém, qualquer espécie de restrição à sua ingênita capacidade de auto renovação e de constante adaptação aos imperativos por vezes imprevistos do progresso técnico, econômico e cultural. Sujeito, no seu comportamento, no seu modo de viver, aos sucessivos retoques da evolução incompressível, vemo-lo a acertar o passo pelo ritmo renovador e as vezes francamente revolucionário da época. Se anos atrás não podíamos imaginar o gaúcho senão ao pé do fogo galponeiro ou no dorso das coxilhas, desfrutando, sem embaraços, a posse plena dos seus direitos de monarqueação, hoje já nos habituamos à ideia de vê-lo cada vez mais submisso à ação transfiguradora dos tempos modernos.

Haverá sempre, sem dúvida, os inadaptados, os revéis, os saudosistas, os inassimiláveis criando desajustadamente, marginalismos e fenômenos de contra-aculturação ecológica. A metamorfose do gaúcho, todavia, é apenas exterior ou formal, não chegando a arranhar se quer as suas intorcíveis virtudes essenciais. Por mais que se modifiquem as condições de vida da campanha, por maiores que sejam, enfim, as alterações estruturais a atingirem a criação do gado, não se pode negar que jamais esmaecerão os elementos psicológicos, morais, espirituais e étnicos condicionadores da sua singular personalidade tão cheia de interesse humano.

Para compreendermos a evolução do gauchismo mister se torna que a situemos acertadamente. Pelo declínio do pastoreio tradicional e que se há de explica-la. Não se faz preciso grande número de fatos para prova-lo. Daqueles dias em que o gaúcho, confiado as inspirações inconstantes do próprio instinto, vivia entregue a atividades e "hábitos

²³ Prontuário de voces del language campesino uruguayo.

primários, até o presente, em que a maioria da antiga população crioula, abdicando dos padrões herdados, se encontra em vésperas de radical transmutação, muitas e decisivas mudanças se verificaram na composição específica da vida pastoril rio-grandense, cada vez mais adstrita ao imobilismo. Em alguns casos, tais mudanças geraram “áreas-problemas”, onde existe, na atualidade, elevada percentagem de deslocados e retardatários, exigindo a compreensão desse fenômeno e conhecimento não só do meio rural em si mas também o conhecimento do meio rural em função do “entourage” geral.

Na história do pastoreio tradicional hoje em franca decadência, a amplidão dos campos abertos apenas cede em importância sociológica ao nomadismo do gaúcho, nomadismo que algumas vezes exagerou-se em formas quase quixotescas, com um que de beduíno e de cossaco. Daí a divisão dos campos e o gauchismo desde logo quase sempre andarem em conflito. O grande sonho dos gaúchos, então, parece ter sido o de um regime social e econômico rígida e ortodoxamente “campeiro”. Desde, porém, que se reconheceram impotentes antes a proliferação dos armados e o triunfo, cada vez maior, dos processos zootécnicos transformantes, retraíram-se eles e, ao cabo de algum tempo, dir-se-iam existir menos para os trabalhos ainda rudes das estâncias do que para as deambulagens pelos corredores e bolichos da campanha. Porque a verdade é que o gauchismo foi, no Rio Grande do Sul, como no Prata, um estágio de formação sociogênica.

A evolução da fazenda, que pôs em foco um número considerável de problemas de espacialidade regional, não se processou apenas em termos de estrutura. Sem falar na revolução técnica dos métodos de criação que, constituindo um dos fatores decisivos dessa mudança, domina todo o campo de pecuarismo, ocorre advertir que a estância, para evoluir, encontrou livre e desembaraçado o caminho das indústrias rurais, especialmente as de carnes resfriadas e frigorificadas, cuja produção incrementada a partir de 1914, ao deflagrar a primeira Grande Guerra, não tardou a ser suplementada pelo fabrico, em larga

escala, de miúdos congelados, línguas em conserva, tripas secas ou salgadas, presuntos, intestinos defumados ou em salmoura, etc.

Numa época em que a influência da evolução sobre o Rio Grande está aumentando incessantemente, é importante saber que os novos traços culturais nele observáveis não chegam a obscurecer a presença de velhos característicos sociológicos, muitos dos quais, de origens longínquas, estão profundamente arraigados no subconsciente do povo. Para a maioria das pessoas, no entanto, não é fácil perceber que há atitudes e disposições tão ligadas ao comportamento coletivo que constituem traços persistentes. A cultura instintiva do “folck” é imanente à conservação da chamada “herança social”.

Seria ocioso dizer que está o extremo-sul brasileiro atravessando um período de rápida mudança social, por força da qual vão naturalmente surgindo não poucos desajustamentos. Isso, em parte, devido a um lento mas continuo movimento do pecuarismo em direção aos últimos degraus da escala clássica da economia pastoril, em que as próprias vilas rurais, surgidas como simples comunidades aldeãs, em sítios esparsos, fatalmente se transformam em centros de crescente adensamento populacional pela expansão das atividades dependentes do criatório. A ecologia da vida rural, porém, não se cifra no mero desenvolvimento estrutural das chamadas áreas de associação e das concentrações demográficas, resultante, muitas vezes, do paulatino deslocamento da população rústica em obediência as forças culturais e sociais. Incide, por igual, na mobilidade vertical e na diferenciação ocupacional dos homens do campo.

Estudos detidos dos efeitos da mudança social sobre a psicologia coletiva, em varias épocas e latitudes, tem demonstrado que cada sociedade tem seu modo de ser afetado e condicionado por um sem-número de fatores, conservando, entretanto, através de todas as modificações sofridas, muita cousa do seu “status” específico original. Uma sociedade, porém, que não zela pelo seu patrimônio, como, também, pode perde-lo em grande parte, ficando à mercê de todas as desfigurações. Já alguém disse, com inteira razão, que não é possível a qualquer povo

quebrar completamente os laços existentes entre o passado e o presente, mas é relativamente fácil deixa de reconhecer a importância desses laços e deixa de compreender a sua influência constante.

És fora de dúvida que o gaúcho nasceu com o próprio Rio Grande, cujos primórdios não são, porem, conhecidos com segurança. A sua historia divide-se em dois períodos distintos. O primeiro abrange grande parte do século XVII e toda a centúria seguinte: é o período longo e semi-obsuro dos arrebanhamentos, dos garroneadores, dos contrabandos, dos pousos aventureiros ou semipermanentes, da catequese jesuítica, das primeiras sesmarias, dos entreversos raianos, das estâncias embrionárias. O segundo tem inicio no século XIX e se prolonga até os nossos dias: é o período da fazenda irradiadora de civilização, da charqueada como agência de progresso, da monarqueação, da vida pastoril organizada, da criação do parque agrícola, inicialmente à custa da cultura triticea e posteriormente graças as lavouras roceiras eminentemente cerealíferas. Pelo menos, é o que, numa visão esquemática, os documentos nos indicam.

O que distingue uma etapa da outra, como se vê, é o caráter da ocupação e utilização da terra. Volvendo os olhos para a revolução de 1923 verificamos que ela foi, bem analisada, o derradeiro pronunciamento armado do caudilhismo rural, quer dizer a última página do coronelismo caudilhisto ancestral: marcou o fim de uma época política tumultuária e o advento de outra, caracterizada por uma maior e mais consciente estratificação partidária. A principal inovação dessa nova época, realmente – inovação decisiva para o Rio Grande – foi a lenta disassociação entre a política e o coronelismo fazendeiro, baseada, em primeiro lugar, numa maior “urbanização” das atividades partidárias. Muito interessante e esclarecedor será o exame dessa ocorrência, que teve o seu ponto culminante no esfacelamento gradativo dos partidos tradicionais. O fechamento destes, conseqüente ao golpe de Estado de 1937, foi outro fator que deve ter influído poderosamente, embora de forma indireta, no colapso definitivo do coronelismo político no Rio Grande. Dos estudiosos da questão, a razão está evidentemente com os que aceitam a evolução

da política gaúcha como um resultado sociológico. Também não será errado dizer que essa evolução se processou rapidamente, em todos os sentidos.

Quem hoje se põe em contato direto com a campanha rio-grandense, quem observa sua vida, seus métodos de trabalho, seus hábitos, descobrirá, desde logo, bem acentuada, a força da tradição. Ai está, portanto, clara, evidente, a razão por que nas nossas fazendas, nos nossos campos, vamos encontrar ainda praxes arcaicas, misteres e práticas de antanho só superficialmente modificados. Relembraremos, em suma, que os rodeios, os apartes, as tropeadas, as carreteadas e tantas outras lides campeiras são hoje quase as mesmas de cem anos atrás. Convenhamos em que, até agora, pouco se transformou o “homo tradicionalis” do Rio Grande. Em algumas zonas, mesmo, podemos, surpreender ao vivo, sem retoque nem alteração substancial, velhas usanças. Sejam quais forem, porém, os argumentos que se invoquem para justificar esse fato, é impossível deixar de lhe fazer restrições. É de uma evidência incontestável, realmente, que o gauchismo tradicional está em crise. E não há, também, quem não veja o circulo de ferro da evolução se apertando cada vez mais em torno da figura típica do gaúcho. Imprescindível nos parece frisar: no último trintênio, a modernização da indústria criadora acentuou-se de maneira tal que a atração das cidades sobre os estancieiros e invernistas, em numerosos municípios e por diversos motivos, vem sendo ainda mais forte do que aquela que se exerce sobre os próprios peões, carreteiros e tropeiros mais ou menos deslocados.

Não podemos, aqui, obviamente, analisar as causas desse fenômeno. Contentar-nos-emos em advertir que a pressão das subdivisões territoriais, paralela ao encarecimento dos campos, não pode ser evitada, não somente porque resulta da crescente valorização imobiliária mas também, por causa das novas exigências zootécnicas. Há outro aspecto que devemos considerar: o exame meticoloso do assunto nos autoriza a afirmar que a criação no Rio Grande do Sul tende, em escada cada vez maior, para o regime da pequena propriedade, e do minifúndio. Todos

sabemos, de resto, que os setores econômicos, cujas atividades tenham organização menos racional, oferecem tanto maiores dificuldades na previsão de safras quanto maiores forem as respectivas bases territoriais.

Não se pode deixar de levar em conta, hoje, o declínio do latifúndio e da gauchocracia, isto é, obumbração do crioulismo à velha moda. Não se conclua daí, todavia, que o gaúcho esteja desaparecendo como tipo, humano. Dizendo que ele está em crise fazemos, sem dúvida, uma afirmação coerente. De fato, a crise do gauchismo é incontestável a partir de 1893²⁴. Esta evidencia-se sobretudo no marginalismo e no ciganismo de numerosa massa rural. Distinguem alguns sociólogos, grosso modo, duas espécies de mobilidade sócio-demográfica no espaço físico: a intra-urbana e a importância. Entre ambas situa-se outra de não menor importância: as trocas de população entre a zona rural e as zonas citadinas. Diversas formas e direções vem assumindo, no interior do Estado, o fenômeno da circulação populacional.

A análise atenta da campanha indica que as proporções assumidas deslocamentos individuais ou coletivos em algumas zonas são muito mais frequentes e muito mais volumosos do que pode parecer à primeira vista. Não poucos deles chegam a ser verdadeiras migrações internas, autênticos êxodos, o que, sob certos aspectos, se torna difícil de entender, mesmo levadas em conta as suas poderosas causas econômicas. Tais movimentos revelam o abalo profundo causado à vida pastoril pela transformação da estância. É curioso observarmos: a transformação da estância, como eixo da vida econômica e social da campanha rio-grandense, não poderia deixar de abrir para o gauchismo uma situação de verdadeira asfixia. Para compreendê-la, em numerosos casos, é preciso estudar o enquadramento ecológico das áreas atingidas. Dentro do quadro estrutural da fronteira, por exemplo, os deslocamentos individuais incessantes e as migrações estacionais incipientes vêm

²⁴ De 1845 a 1893, isto é, entre as duas maiores lutas civis que até agora abalaram o Rio Grande do Sul, o gaúcho sofreu enorme transformação, especialmente no indumento. Ao irromper a Revolução Federalista, a bota de garrão de potro, as ceroulas de crivo, as boleadeiras, a vincha e as chilenas encabrestadas já estavam virtualmente adentro.

assumindo aspectos os mais variados, em que a destruição das chamadas empresas domésticas aparece em largos traços.

A ausência de indústrias e a precariedade da agricultura são fatos notórios na Campanha. Responsáveis, em grande parte, pela evasão do elemento humano que, à falta de trabalho compensador, abandona os campos, rumo às cidades, constituem, sem dúvida, fatos econômicos dignos de atenção, tanto mais quanto, em algumas zonas, se acham agravados pelo pouco desenvolvimento do comércio.

O fenômeno do maloquismo, dia a dia mais acentuado em alguns municípios predominantemente gadeiros, é muito mais grave do que possa parecer à primeira vista. Não adianta insistir sobre a sua extensão. O que fica em prova, antes de mais nada, é que ele coincide, sempre, com a desagregação da vida pastoril, aqui e ali golpeada de morte ou em vésperas de novas acomodações e transigências.

A estrutura da vida pastoril rio-grandense, na atualidade, se acha caracterizada pela predominância da pequena fazenda, que não pode ser, assim, foco de atração. É importante assinalar que, numa breve comparação das superfícies lineares das fazendas rio-grandenses, observa-se que elas, na maioria dos casos, apresentam perímetro comparativamente reduzido, notando-se, em muitas delas, verdadeiro descalabro no tocante ao gado de invernar, devido à exiguidade dos pastos. A pecuária entre nós tem evoluído aceleradamente no que respeita à adoção dos modernos processos zootécnicos, sendo digno de destaque o esforço revelado pela maioria dos criadores no que toca ao aperfeiçoamento genético dos seus rebanhos. A propósito, deve-se mencionar que existem atualmente duas tendências opostas: aquela que se volta para as raças europeias e a que preconiza a introdução intensiva do zebu, já disseminado, alias, amplamente, nos campos planaltinos, pela própria natureza geo-física e agrostológica da Serra.

Quem examina a evolução da vida pastoril no Rio Grande, pode ter à primeira vista a impressão de que ela é prenuncio seguro de uma nova fase de civilização, da qual emergirá a possibilidade de uma mais

rápida solução para os problemas relativos à industrialização do gado e ao reajustamento da estância, no grau exigido pelas circunstâncias. Entre quantos se preocuparam com a formação gaúcha, Rubens de Barcelos se destacou e ocupa lugar de indiscutível proeminência, impondo-se, assim, à atenção dos modernos sociólogos do Rio Grande. São dele estas palavras, referentes à transformação da vida pastoril rio-grandense: “Chegou o momento em que ela se viu forçada a transformar-se para não morrer”²⁵.

Ouvimos, certa vez, de Felix Contreras Rodrigues, espírito culto e brilhante, as seguintes palavras: “O Rio Grande genuíno só poderá sobreviver à soga da tradição.” Efetivamente, se não adotarmos uma política, digamos assim, de sistemática salvaguarda do “Rio Grande rio-grandense”, dentro em pouco nada escapará, entre nós, aculturação. A esta cabe-nos opor a força da tradição, iluminada por uma serena mas aquecedora visão do passado, tanto mais necessário, de resto, quanto nossa campanha, com seu tipo peculiar de comunidade rural, constitui equação sócio-econômica a exigir vigilante atenção. Não só aos intelectuais, todavia, toca a obrigação de correr ao chamamento da cultura ática, muito maior parcela cabendo, sem dúvida, aos homens do Governo, às entidades que respondem por um setor qualquer da vida coletiva.

Não se compreende que as tradições do Rio Grande sejam esquecidas ou subestimadas na atualidade da evolução histórica do Estado, em que, em outros domínios, se trata de consolidar o substrato, o cerne da população luso-brasileira²⁶.

²⁵ Esboço da Formação Social do Rio Grande – in “Província de São Pedro” nº 3 – Porto Alegre, dezembro de 1945.

²⁶ Na correspondência de 1948, recebemos uma carta afluente assunto que, a nosso ver, é de interesse imediato para todo o Rio Grande do Sul e, por isso, merece ser analisada mais de público. Existe ou não uma tradição gaúcha? O assunto não é novo, nem são novas as considerações do missivista. Tratado desde há muito, tema mesmo de discussões, longe, no entanto, de estar suficientemente debatido muito há ainda por fazer no seu estudo. Não é de hoje, por outro lado, que se ouve falar no binômio evolução-tradição.

De regra geral, a maior parte dos brasileiro de outros Estados nada conhece a respeito de tais tradições, cujo estudo, mesmo no Rio Grande, ainda não passou da crônica e do ensaio ligeiro. Temos, não há discutir, alguma coisa já feita, que representa o fruto da dedicação de autores tão brilhantes que bem valeria a pena examinar, a grandes traços, os aspectos mais salientes da sua obra. Não se cansam os compêndios de

Devemos assinalar, desde logo, que a fixação conceitual da palavra tradição, de que pelo comum se abusa, não deve ser feita somente em termos lexicogênicos, mas, também e sobretudo, no terreno tão amplo quanto complexo da culturologia. Alias, sob alguns aspectos, toda pesquisa em torno do que o vocábulo exprime sociologicamente exige esta condição principal: a compreensão de sua intrínseca elasticidade acepcional. Usado em sentidos diversos, o que não admite réplica é que, estritamente considerado, significa “herança social”. Seja este o primeiro esclarecimento a produzir. O que acontece a não pouca gente, mesmo culta, quando procura estudá-lo, é uma coisa muito simples: esquece a doutrina das “áreas culturais” criada por Franz Boas, ampliada por Koerber, Wissler e outros e mais tarde enriquecida com as teorias configuracionistas e tipológicas, condensadas, hoje, no conceito de “pattern” tão generalizado entre os antropólogos e ecologistas norte-americanos.

Siga-se ao primeiro este outro esclarecimento. Estabelecido o significado da palavra tradição, dos seus diferentes ângulos, para o lado da sociologia, imediatamente ela aparece num campo de aplicação variável, exprimindo um largo conjunto de valores etnológicos por vezes insulados, por vezes dispersos, mas dentro, sempre, de um processo de unificação que, partindo das células, se vai coagulando pouco a pouco num só corpo.

O nosso correspondente labora em clamoroso engano asseverando, em tom peremptório, que no “Rio Grande do Sul não existem tradições propriamente ditas”, pois estas se caracterizam pela continuidade no tempo e pela permanência no espaço. E’ surpreendente frisar que essa opinião, por mais estranho que pareça, já encontrou numerosos adeptos entre os intelectuais conterrâneos.

Bem que contando uma existência relativamente curta para uma coletividade, o Rio Grande do Sul possui história rica em episódios e acontecimentos pouco comuns e até de admirável significação, notadamente aqueles que se prendem à conquista atribulada do solo. A par disso, mesmo dando à palavra o máximo rigor terminológico, o extremo-sul do Brasil oferece expressivo e infindável manancial de genuínas tradições, cujo culto não pode ser descurado e isso porque, na sua substância, podemos recolher os mais valiosos subsídios para o exame acertado de numerosos fatos importantes. Muitas delas, pela significação própria, marcada, de que se revestem, constituem verdadeiros traços de união, poderosos vínculos entre o passado e o presente, revelando aos olhos das gerações atuais facetas vivas de antigas épocas. Enorme é o papel que cabe à tradição na assimilação psíquica, moral e espiritual das massas alienígenas. No Rio Grande do Sul, por exemplo, temos milhares de descendentes de estrangeiros já amalgamados antropologicamente, mas ainda esquivos ou refratários ao “espírito” da terra, ao decantado “genius locci” dos latinos. Vale a pena notar: a absorção integral dos grupos adventícios, para se operar eficientemente, incipiente, além da intermistura sanguínea, a fusão anímica, tomada esta última expressão no seu mais extenso sentido e criando-se um ambiente propício a que os filhos dos emigrantes e os próprios elementos arribadiços se integrem, de corpo e alma, nas condições culturais da gleba adotiva.

folclore, em suas primeiras paginas, de chamar a atenção sobre a natureza especial dos cantos e contos populares que não são vestiduras domingueiras da psique coletiva por que o são todo o dia. É difícil passar em revista, numa simples nota, todas as cantigas e narrações que, oriundas dos tempos primevos do Rio grande, ainda hoje palpitam, vivas como dantes, na voz rude e ingênua do povo. As raízes de algumas delas são, em grande parte, etnográficas. O seu aproveitamento no sentido sociológico sugere, portanto, cuidados extremos. Já salientamos em outra oportunidade: a conveniência de estudar os cantos e contos populares, à luz da etnografia, está reconhecida há décadas, mas até agora, sobretudo no Brasil, quase nada ou pouco se tem feito a respeito.

Cabe aqui um outro reparo. No que tange aos costumes e à ética, de um modo geral, as tradições gaúchas, como vimos, abrangem todo o caminho que vai do indumento até o linguajar, constituindo, portanto, parte saliente do patrimônio etnográfico coletivo. Quanto aos costumes, achamos necessária a seguinte observação: impostos pelas necessidades próprias do pastoreio, vem acompanhando o desenvolvimento deste, principalmente no que se refere a determinados serviços rurais.

Desaparecerá o gaúcho? A resposta é fácil: não. Pode-se dizer acertadamente: assim como a pele não faz o lobo, não é, igualmente, o indumento que faz o gaúcho. É o pastoreio, é a vida do campo. Julgamos que enquanto esta existir, dentro dela existirá, com ou sem trajes típicos, a figura inconfundível do gaúcho, pois a evolução da vida pastoril em termos técnicos e culturais jamais poderá anular completamente o trabalho humano em numerosas fainas. É muito assinalar o que se verifica em outros países, grandemente desenvolvidos, onde o progresso não chega, porem, à coartação de velhos hábitos e costumes. Temos como certa a sobrevivência do gaúcho através dos anos. O de que não resta duvida é que ele viverá enquanto, no Rio Grande, for preciso laçar um torno ou apartar uma tropa. Entre a sobrevivência do pastorismo tradicional e a sobrevivência do gaúcho medeia diferença substancial que o estudioso não deve perder de vista, pois esquece-la é afastar-se da exata colocação

do problema, deixando de lado os elementos que permitem equacioná-lo com acerto.

Com a transformação do gauchismo, assistimos, sem dúvida, à desintegração de uma sociedade que, tendo cumprido a sua missão histórica, melhor dito que tendo terminado seu papel na marcha da civilização rio-grandense, tinha fatalmente que se modificar, adaptando-se às injunções do progresso.

Estamos próximos demais do quadro para apreciá-lo em conjunto. Falta-nos sobretudo distância para perceber que o Rio Grande está ingressando numa nova etapa da sua vida e cuja missão será, inquestionavelmente, a de promover a justaposição harmônica dos seus valores sociais antiéticos. A atividade pastoril acomodará aos imperativos dos novos tempos, que lhe darão outros rumos e diferentes aspectos ,dentro, porém, do “ethos” regional eminentemente tradicionalista. Os que encaram o declínio irremediável do gauchismo como uma perda de energias étnicas esquecem-se da sabia advertência de Franz Boas de que é preciso sempre distinguir a antropologia social da antropologia cultural. A manutenção dos atributos psíquicos e morais, em meio às contingências da mutabilidade social, é a mais vigorosa manifestação da vitalidade de um povo.

Karl Mannheim, em seu ensaio “O homem e a sociedade em época de crise”, afirma, não sem razão, que a história nada é do que uma “sucessão de mudanças”. Nada mais certo e incontroverso.

Circunstancia notável no conflito entre o progresso e o gauchismo é a de ter este procurado novos horizontes nos campos do Paraná e do Mato Grosso. Sobretudo a emigração rio-grandense para o sul de Mato Grosso é fato cuja importância excede a simples deslocação demográfica para se projetar na própria sociologia do “habitar”. Coube a Mário Lima Beck, estudando o assunto, escrever com toda propriedade: “Ali encontraram os nossos co-estadoanos topografias, climas, meios, enfim, análogos aos de suas terras natais. Os mesmos horizontes largos das imensas campinas”. (Nova Querência – Porto Alegre, 1935).

Com o declínio irremediável do pastoreio tradicional, desde há muito manietado pelo progresso, abriu-se conseqüentemente para o gaúcho uma nova era, desmoronou-se a monarqueação, agora postulante às portas das estâncias e todo um círculo rígido de restrições envolveu os hábitos antigos, obrigando-o a destinar a outros tipos de atividade a maior parte do seu tempo antes monopolizado pela criação. De qualquer forma, é útil salienta que a novo civilização gauchesca do Sul do Mato Grosso reproduzirá, em parte, a velha fisionomia essencialmente pastoril do Rio Grande, propiciando, assim, uma derradeira oportunidade aos nossos guascas inconformados.

A par dos fatos que vao referidos em ligeiro transunto, outros poderíamos alinhar e que serviam, aliás, outros tantos argumentos a confirmar a assertiva de que o gaúcho vive um dos períodos mais agudos de toda a sua história.

0 “PROCESSUS” LEXICAL NO RIO GRANDE DO SUL

Devemos salientar, desde logo, que são mais ou menos conhecidos os elementos glóticos que se conjugaram no Rio Grande do Sul para conferir-lhe, juntamente com um tonalismo característico²⁷, um

²⁷ É impotantíssima a função do vocalismo e do consonantismo na fixação do sotaque gaúcho, sotaque fortemente individualizado, em que a superestrutura vocálica, rica de timbres próprios, como que determina, não raras vezes, legítima poli-tonalidade. Há nas palavras – disse Cícero – uma espécie de canto: “est in dicendo ectiam quidam cantus”. Na Costa da Serra Feral, sobretudo no vale do Taquarí. Diversos autores tem encontrado um modo de dizer algo cantante.

Se há um ponto na questão dos timbres fonéticos em que todos os estudiosos estão de perfeito acordo é o da importância do tubo faringo-bucal na emissão e articulação dos sons. O aparelho da voz, como se sabe, é sobremodo delicado e sensível. Isso, aliás, esta bem demonstrado pelo “Traité de phonestique” de Grammont que, estudando a correlação entre a corrente expiratória-inspiratória e a prosódia, oferece conclusões sobremaneira elucidativas. O chamado “ritmo verbal” que acarreta frequentes abreviações, sincretismos e corruptelas, é responsável, no Rio Grande do Sul, por não poucos modismo prosódicos. De qualquer ângulo que se vise a questão da prosódia – é preciso que se diga – uma premissa, desde logo se evidencia irrecusável: dependendo da fisiologia do tubo faringo-bucal que, por sua vez, está em função direta do clima, do regime dietético, do “melting-pot” e outros fatores ambientais, a pronúncia reflete, sempre as condições características do respectivo enquadramento espaciológico.

Tem razão de sobre Antoine Thomaz, em seus “Essais de philogie française”, quando acentua a importância da prosódia no mecanismo dos processos lexicográficos. Longe de nos discutirmos o assunto. Se reparos há a fazer aqui, estes se dirigem, antes de tudo, à base mesológica de constituição dos sotaques.

De grande interesse para o estudo da questão é precisar a correlação entre os fonemas e os fatores fisiológicos, sabido que a emissão dos sons laríngeos depende estreitamente do biótipo, do ambiente, etc. Acresce que a fonética é a base por excelência de qualquer estudo comparativo ou etimológico aplicado à língua. E isso de resto, o que ensina Bop em sua “Gram. des langues indo-européennes”. Aqueles que desejarem conhecer melhor a evolução linguística da fonética poderão consultar a obra de Regnaud que tem precisamente a denominação de “La linguistique evolucioniste”. Deve-se ter em vista, antes de tudo, as condições essenciais à ocorrência das transformações fonéticas e que, segundo os entendidos, são as seguintes: a) passagem da emissão vocálica pela corrente expiratória; b) passagem da emissão vocálica pelo glote; c) passagem da emissão vocálica pelo espaço ressonante”. O sopro pulmonar transforma-se em som pela vibração das cordas vocais na extremidade superior do tubo cartilaginosa denominado traqueia-artéria. O valor qualitativo das vogais é dado pelo timbre. As consonâncias são caracterizadas por uma maior aproximação das partes moveis da boca, discriminando-se sobretudo em referência – 1º ao lugar de sua articulação, 2º ao esforço de sua prolação.

riquíssimo patrimônio linguístico de indisputável originalidade. O que se impõe conseqüentemente é estabelecer a contribuição exata de cada um, apontando origens e esclarecendo fatos. Numerosíssimos vocábulos, conquanto, à primeira vista, possam parecer estruturalmente amerígenas, são de legítima proveniência latina ou grega, por mediação românica, filiando-se, não raro, em suas mais remotas origens, ao sânscrito. Há outros que, embora lusitanos, se prendem à raízes castelhanas ou se incorporaram ao português por intermédio da França, da Alemanha, da Itália, etc.

Por necessidade de exposição, vamos esquematizar rapidamente os principais agentes da diversificação linguística entre nós, estudando-os a seguir:

- a) A pecuária;
- b) A fronteira;
- c) “O melting-pot”

É indispensável considerar que a atividade pastoril neste recanto pátrio, mesmo em estado incipiente, foi ativa agência e poderoso

A silabação é caracterizada, como se sabe, por um fluxo e refluxo de sopros. Nos últimos anos, mercê de investigações científicas do som, nos domínios da acústica, nasceu a chamada fonética experimental, hoje largamente aplicada na cursa de numerosos defeitos da voz, através da foniatría, da audiometria, etc. Em 1850 já se registravam as ondas de sons com o fonautógrafo de Scott-Koenig. No decorrer dos anos, novas pesquisas foram levadas a efeito graças à invenção do grafone, da cine-radiográfica, do oscilógrafo, do fonodeik, etc. Desde há muito, os fisiologistas especializados estabeleceram que cada vogal é caracterizada por uma “região fixa de ressonância”. Trabalho substantivo que, diga-se de passagem, deve ser lido por todos quantos desejam ter do assunto um visão objetiva, conforme ao melhor padrão, é o “Fonética Portuguesa” (Coimbra) de Oliveira Guimarães que classifica os fonemas consonânticos segundo os respectivos pontos de articulação. Convém notar que, de conformidade com o ensinamento dos melhores filólogos, devemos distinguir nas palavras três elementos: - a) o nome; b) a forma gráfica, isto é, as letras propriamente ditas; c) o valor fonético; Há letras gráficas às quais, a rigor, não corresponde nenhum som oral, servindo apenas para a formação dos digramas, para as notações etimológicas, etc.

catalizador de valores gramático-gráficos e terminológicos, muitos de caráter francamente neológico. No estudo desses valores, os aspectos étnicos, geográficos, econômicos, políticos e sociais devem ser encarados atentamente para que não se chegue às conclusões unilaterais. Para todos aqueles que os conhecem não pode passar despercebido o seguinte fato: impondo a distinção auditiva de certos fonemas, muitos deles recordam nitidamente o português de antanho, p. ex.: alimá, apeiro, gorgomilho, prasmarr, etc.

Ninguém desconhece a assimilidade dos vocábulos que circulam nas chamadas “fronteiras de tensão”. Já se tem insistido em que a “fronteira dinâmica” de Jacques Ancel e a “fronteira viva” de Camille Vallaux constituem importantes veículos de interpenetração linguística. Merece particular atenção o fato de que o trânsito lexical opera-se aí de modo intenso, determinando autênticas cruzas semânticas e curiosas adaptações acepcionais, quando não mesmo bilinguismos e trilinguismos. A troca de palavras na fronteira rio-grandense tem constituído um verdadeiro instrumento de irradiação filológica, mas não tão poderosos como em geral se acredita. Isso de uma parte. De outra, ninguém contesta que o “melting-pot” rio-grandense, essencialmente multi-racial, foi e continua sendo responsável por numerosas inovações vocabulares.

Posto isso, vejamos sinoticamente as línguas que contribuíram para o processo simultaneamente derivativo e compositivo do vocabulário regional gaúcho:

- a) Português;
- b) Espanhol;
- c) Línguas amerígenas;
- d) Línguas africanas;
- e) Línguas alemã, italiana e eslavas.

Como se sabe, a língua portuguesa, é a transformação do latim popular ou castrense (“sermo vulgaris” ou “sermos rusticus”) através de 2.000 anos²⁸. Por isso é também chamada de novo-latina ou romântica. Os Lusitanos falavam o céltico dos seus avoengos, habitantes primitivos da Lusitânia. Essa língua modificou-se sensivelmente com a chegada dos fenícios, dos gregos e principalmente com as invasões sucessivas dos Alanos, Suevos, Godos e Árabes. Na base do português – ainda trôpego e mal definido no fim dos quatrocentos – diversos filólogos tem encontrado muito vocábulos anteriores à romanização da Península Ibérica. O certo é que ele possui palavras de quase todas as línguas. Durante o domínio felipino em Portugal, ele absorveu, com ou sem alteração vocálica, numerosas palavras do castelhano que, trazidas para cá em época incerta, nos parecem, à primeira vista, portuguesismo reinícolas de importação diretas. Para quem não os estuda detidamente, a nossa asseveração parecerá exagerada.

Por outro lado, é mister considerar o “foco de isolamento” que o Arquipélago dos Açores representou durante vários séculos na lenta evolução da bela língua camoniana, cujos primeiros monumentos escritos só apareceram na XII centúria, isto é, quatrocentos anos antes da sua fixação definitiva. O português medieval ou arcaico, que o insularismo atlântico preservou em dezenas de termos insuetos, veio para o Rio Grande do Sul pela boca dos açorianos, patriarcalistas e conversadores, num punhado de vocábulos cuja estrutura lexicogênica a decantação fatal do tempo não afetou. Entre eles: clina, obrigação (família), promode, cambota (rodado), trabuzana, atalho, recavem, atempado, regeira, apeiro,

²⁸ A respeito do assunto escreve um autor de nomeada que o clássico desapareceu com a queda do Império Romano, remanescendo apenas o latim popular, isto é, o “sermo vulgaris”. – A. Soromenho, Origem da língua portuguesa.

Na opinião do erudito folólogo espanhol Américo Castro, o galego foi uma fase anquilosada e castelhanada do primitivo português. (In “La Nacion – Buenos Ayres- Maio de 1924). O que sem receio pode afirmar-se é que na fase luso-galaica existiram profundas afinidades linguísticas entre a Espanha e Portugal, fato essa reconhecido por Ricardo Jorge em sua magnífica obra “A intercultura de Portugal e Espanha no passado e no futuro” (Porto, 1921). O diferenciamento definitivo da língua de Vieira exigiu, é certo, alguns séculos e só se realizou através da literatura escrita como instrumento verbal.

varar, etc. Os ilhéus trouxeram também um apreciável contingente de vozes anteriores à “culturação da língua de Camões”²⁹.

O português quinhentista sofreu, como é sabido, o influxo do renascimento das letras antigas, gregas e latinas, propiciador da Renascença, que foi um importante movimento cultural nascido na Itália. Sabemos, também, que, no século XV, havia duas línguas em Portugal: o galego e o aravio, este falado no Sul do Mondego e aquele ao norte, região desde logo influenciada pelos fenícios e judeus. Ninguém ousará mais contestar que o moçárabe (de “moçtareb”, arabizado) e o semita influenciaram poderosamente a heterogênea etnogênese portuguesa. O português do sul, principalmente, à época da colonização do Brasil, acusava, em seu biótipo, acentuados resíduos mouros. O galego e o aravio fundiram-se paulatinamente, à proporção que se estabeleceu a unidade política do antigo território português, dando origem, a seu turno, a sete dialetos distintos:

- a) O galego, (do It “gallaicus”) que se fala na Galiza desde o século XII, juntamente com o berciano;
- b) O inteiramense, falado no Minho é no Douro;
- c) O açoriano ou áfrico, que se fala no Arquipélago dos Açores e nas possessões portuguesas na África; (Muito típico é o “caçanje” falado em Angola).
- d) O beirão, falado nas Beiras;

²⁹ A ortografia fonético perdurou até o século XVI. Só com o Renascimento é que ela começou a se eruditizar.

Especialmente na Extremadura, no Alentejo e no Algarve o convívio com os árabes e os mozarabes exerceu enorme influência sobre o povo lusitano até a reconquista do Sul pelo homem do Norte, que falavam o “romaço” galego-português. Este dominou dos meados do século XIII ao fim do século XIV. (15). O português do sul foi e continua sendo um tipo particularmente rico de expressão demopsicológica. Difere muitíssimo do português do norte, que acusa, em seu sangue, acentuada ancestralidade visigodo-romana e oferece, em sua constituição biotipológica numerosos característicos nórdicos. O português do sul, que povoou o Rio Grande, juntamente com os açorianos, era, de modo geral, longilíneo, com vigorosos traços mouriscos.

- e) O índio-português, que se fala na Índia Portuguesa e está ameaçado de desaparecer ante a supremacia do inglês;
- f) O brasileiro ou “brasileiresco”, como pretendem alguns, que se fala em nosso país e se revela no uso de termos exclusivamente nacionais e em certos vícios de expressão, solecismo e processos de construção irregular, gerais e regionais.

Com referência à língua cervantina, pode-se dizer que a Espanha nunca teve, a rigor, o que se poderia denominar de unidade idiomática³⁰. Esta difere do uni-linguísmo, do ponto de vista culturológico. Ao tempo do povoamento da América, já os galegos, asturianos, leoneses, vascos, catalões, extremenhos, santanderimos, maragatos, manchegos, andaluzes, aragoneses, huertanos, levantinos e outros constituíam comunidades étnicas e linguísticas fortemente regionalizadas. A Andaluzia era, então, a parte da Espanha onde se observava maior e mais arabizante mestiçagem com os mouros e berberes sobretudo com os orientais de Hedjaz. Os vascos tinham-se como descententes diretos dos primeiros povoadores da Península – os iberos. No povo catalão havia forte dosagem de sangue romano. O galego, em seus traços somáticos e

³⁰ A denominação romana (206 AC-409 DC) latinizou toda a Espanha, antes habitada por iberos, fenícios, gregos, cartagineses, etc. As invasões dos visigodos e dos árabes não alteraram, senão ligeiramente, os efeitos dessa latinização. Há apenas uns 1.000 vocábulos de origem muçulmana na língua castelhana cujas formas escritas mais antigas podem ser vistas no “Cancioneiro de Baena” (1445), fruto, como se sabe, da chamada, escola trovadoresca. Até o século XVI, o espanhol era essencialmente fonético. Sobreveio mais tarde um período de verdadeira confusão lexical e ortográfica, perdurando até a fundação da Academia Espanhola, em 1713, que estabeleceu uma ortografia fixa, a par dum vocabulário mais ou menos uniforme. O linguajar do povo do norte da Espanha, isto é, o dialeto leonês, da Maragateria, é quase o mesmo, ainda hoje, da Galícia portuguesa. Lammens, em sua obra “Remarques sur les mots français dérivés de l'arabe” e Engelmann, em seus livros “Glossaire des mots espagnols et portugais los mozáraves” (Madrid, 1888) nenhuma referência fazem sobre as possíveis influências do árabe nas línguas latinas, transplantadas para o Novo-Mundo. É certo que não foram poucas, como muito bem acentua” Miguel Nimer, em seu estudo “Influências orientais na Língua Portuguesa” (São Paulo, 1943). “No momento da conquista árabe (ano de 711) – notou J. Vendryes, em sua obra “Le Langage” (Paris, 1921) – deviam existir na Península três grandes grupos dialetais fortemente diferenciados, galeciano ao Poente, catalão a leste e um grupo central com vasto domínio. Dum dialeto do norte deste domínio central, o da Castela Velha, perto das províncias vacas, partiu o espanhol comum”.

psíquicos, denunciava a sua origem palestina. O castelhano propriamente dito era um produto celtibero. Havia, ainda, os chamados “ilhotes raciais” e os habitantes das ilhas. O vascuense ou “es-kaldun”, assim como o catalão, eram verdadeiros idiomas dialetais coexistindo oficialmente com o espanhol geral (do b. It. “ispaniolus”, de Ispania.) Como dialetos existiam: o valenciano, o asturiano (bable), o murciano, o montanhês, o andaluz, o navarrês, o extremeño, o leonês, o leridano e o aragonês. Como sub-dialetos: o maragato, o sayaguês, o charro e o sanabrês³¹.

Etnograficamente, o Rio Grande epigonal abrangia numerosas tribos e sub-nações ameríndias, de origem tapuia, tupi-guaraní e mbaya. Ao tempo das primeiras explorações, a população indígena gaúcha, inclassificável, a rigor, do ponto de vista rácico, estava dividida em três grandes grupos étnicos: tapuias-gês ou tapuias-cren, tapes e guaicurus-do-sul. Também genericamente denominados “guenôas” por alguns autores³².

F. Ameghino, em seu livro “La anteguedad del hombre em el Plata”, (Bueno Aires, 1918) assegura que o “homo americanos” recua talvez à época terciária. A verdade irresponível é que o Novo-Mundo, no século do descobrimento, estava povoado por tribos originárias de um tronco etno-geneológico comum, dolicocefalo, que foi subjulgado por uma raça braquicefala de procedência ainda controvertida. Nos sambaquis mais antigos tem-se encontrado, com efeito, fragmentos osteológicos, fósseos, de grande primitividade, denunciadores de um tipo humano portador de acentuada característica antropométricas. Seja como for, o “homo americanos” é o produto do contato biológico multi-secular entre as

³¹ O vasconço ou “éuscaro” é um idioma caracteristicamente aglutinativo e é falado em grande parte das Províncias vascongadas de Alava, Guipuzcoa e Vizcaya.

³² Veja-se Hugo Luedeke “Os primitivos habitantes do Rio Grande do Sul” in Revista do Museu e Arquivo Público do Estado – Nº 20. Veja-se também Aurélio Porto “Os primitivos habitantes do Rio Grande do Sul” in Anais do 1º Cong. Sul-Riog. de Hist. e Geogr. – Porto Alegre, 1935. Dificilmente poderá hoje alguém escrever a respeito dos tempos iniciais do Rio Grande sem recorrer às obras, fartamente documentadas, de Aurélio Porto, sem duvida uma das nossas maiores autoridades em assuntos históricos.

massas do setor oriental do anfiteatro negroide e as massas xantodermas da Ásia Oriental, produto esse consolidado no conflito dos respectivos biótipos para a dominação recíproca.

Devemos ter em vista que já houve quem encontrasse fundas similitudes entre algumas línguas ameríndias e as do tronco malaio-polinésico. Outros assinalam afinidades estreitas entre a cultura material, animológica e social dos povos nativos da América e o “status” dos povos autóctones do Pacífico, especialmente das ilhas melanésias e indonésias. O povo inca, por exemplo, era de indiscutível origem indonésia. As mais florescentes civilizações ameríndias filiavam-se, aliás, ao multissecular ciclo México-andinoide, ligado paleontologicamente, sob muitos aspectos, aos povos asiáticos.

Encontram-se em diversos pontos do Estado petróglifos, zoomorfos, monumentos líticos com interessantes motivos ornamentais e crisóis, de caráter fálico, além de muitos outros achados arqueológicos igualmente preciosos, que levam a crer na presença de um povo relativamente evoluído antes da migração tupi-guarani, cujas sedimentações, que não se realizaram com isocronismo, como que apagaram todos os seus vestígios na nomenclatura toponímica do Rio Grande.

Ao que nos parece, os “caáguas”, localizados entre os Tapes e o Oceano e pertencentes ao ramo tapuia-gê, eram os derradeiros representantes da “raça dos sambaquis”. De uma rusticidade inamalgável, vivendo em estado de crasso ilotismo, inimigos ferrenhos dos portugueses e tendo íntimas afinidades com os Botocudos estudados por V. Martius, foram, entretanto, parcialmente missionados pelos Jesuítas. Vítimas das bandeiras preadoras, refugiaram-se, afinal, nas devesas enflorestadas do Alto-Uruguai, onde, porém, não tardaram a chocar-se com os Tapes, que ali iam em busca do pinhão e de erva-mate. Usavam massa cerina nas largas coroas que faziam nos cabelos. Daí os tupis os denominarem “iraiti-inhacame”, que significava literalmente “cêra na cabeça”. Os seus últimos ajuntamentos sub-tribais, sob o nome de Coroados e constituídos de bugres supérstites, ainda se encontram nos toldos retardários –

verdadeiro “residuum” – de Palmeira, Passo Fundo, Sarandi e Erechim, entre eles os de Nonoai, Guarita, Cacique Doble, Votoro e Serrinha.

Segundo Techo e Hervás, os “caáguas” falavam um idioma arrevezado, gutural, de difícil pronúncia, eivado de circunlóquios, anfibologias, semi-palavras e homônimos auriculares. Língua pobre, sem grandes recursos de manifestação oral ou escrita, em que o próprio idiografismo muito deixava a desejar, um mesmo vocábulo frequentemente podia ser aplicado em diversos sentidos. Dela, no entanto, nos ficaram alguns designativos toponímicos, entre eles: Goyo, Goyo-En, Nioak, Goyo-Fan, Chapecó, Konoing e Vuotoro. Os “guato” de Mato Grosso possuem um dialeto aparentado com o seu³³.

Também pertence ao grande proteiforme ramo tapuio, as vezes genericamente denominado “guaraná”, quando esse nome “strictu sensu” era o de uma tribo da mesma família étnica e a ela jurisdicionada, os Ibiraiaras habitavam ao norte das nascentes do Taquarí e usavam enormes adornos labiais, semelhantes a tribos, donde a alcunha de “bilreiros” que os portugueses lhes impuseram.

Foram grandes amigos dos bandeirantes na caça ao Tapes, às margens do Guaíba e do Jacuí. Falavam também um idioma próprio, muito diferente do guaraní, segundo Dias Tanho e ao qual não faltavam, como a este, pelo que nos diz Lozano, as letras h, j e f. são termos dele na nominata locativa do Estado: Capoerê, Erebangó, Guaporé, Erechim, Nonoai e Nhacorá.

³³ “A língua caágua – escreveu Lorenzo Hervás – falada por nação do mesmo nome, estabelecida ao oriente do Rio Uruguai, até seu nascimento ao norte, é idioma particular, de pronúncia áspera e difícil, como observa Techo, que ela diz: “Os Caáguas usam língua própria, difícil de entender, pois quando pronunciam suas palavras não parecem falar senão dar grunhidos ou formar acentos confusos na garganta. Os Caáguas, colhidos ou presos, não costumam falar.” (Catalogo de las lenguas conocidas, Madrid, 1800). O P. José Guevara em sua “Hist. del Paraguay, Rio de la Plata y Tuouman” (2 vols – Buenos Aires, 1882) confirma integralmente essa opinião, detendo-se no estudo dos Caáguas que habitavam entre o Parapá e o Uruguai, provindos, sem dúvida do mesmo tronco racial e que, segundo abalizados etnólogos, seriam um sub-ramo politicamente diferenciado.

Os Tapes, que foram grandes tecelões e cesteiros, ocupavam o ecúmeno homônimo, na região do Planalto e provinham, segundo tudo indica, de uma onde advéncia invasora oriunda do Norte que, antes do seu esparramamento pelos contrafortes andinos e regiões subjacentes, estacionara demoradamente na área de Atacama, recebendo ali poderosa influência incásica. Alguns autores são de parecer que descendiam dos Mayas ou de outra raça de idêntica extração paleantropológica. Depois de guaranizados, no Rio Grande do Sul, influíram decisivamente sobre o “abaneenga” para diferencia-lo do resto do Brasil. Da sua relativa evolução existem alguns testemunhos paleoarqueológicos, recolhidos de vetustíssimas ostreiras. O que podemos dizer é que a existência de sambaquis e ossuários no Rio Grande foi constatada quando das primeiras penetrações em seu território. Grandes montes de cascas de mariscos ou casqueiros foram mais tarde descobertos ao longe do litoral, bem como na região lacustre, desde logo conhecida pelos seus tesouros arqueológicos, conforme tem proclamado mais de um autor³⁴.

Devem-se a Carlos Von Koseritz interessantes estudos sobre os sambaquis rio-grandenses, sendo dele a seguinte opinião: “Ossos que se encontram nos sambaquis e nas igaçabas mais antigas provam que o homem primitivo desta parte da América possuía mais ou menos os mesmos sinais característicos que Lund achou no homem de Lagoa Santa, por ele qualificado como da época terciária”³⁵.

³⁴ Veja-se Theodoro Bischoff “Sobre os sambaquis no Rio Grande do Sul” in Revista do Museu e Arquivo Público do Estado – Nº 21.

³⁵ Subsídios Etnográficos – in “Gazeta de Porto Alegre”, 1881. Urge um estudo comparativo entre os Tapes e o grupo racial diaguita atacamenha que, partindo do norte, pelos litorais do Atlântico e do Pacífico, teria chegado ao Rio Grande, aqui deixando numerosos documentos líticos de um culto possível de ser filiado ao totemismo maya. Procediam os Mayas da nação “nahuatl”, originária da América Setentrional. Muitos séculos antes da descoberta, um grupo desligou-se do tronco geral, subdividindo-se em numerosas tribos que se espalharam, segundo a tradição, por diversos pontos. Descendentes delas, os mayanas (de maya-aná, nação maya) vieram para o Brasil e, depois de algum tempo, submetendo ao seu domínio vários povos, entre os quais os Chanés, desceram pelo Paraguai, onde o aventureiro alemão Ulrich Schmidel os encontrou nos meados do século XVI, sendo então, já conhecidos pela pronúncia guarani dos “mbayas”. Descenderiam desses “mayanas” os Tapes, Minuanos e Charruas, as vezes designados coletivamente por “guenoas”. Entre os Tape,as a palavra

Encontram-se nesses sambaquis inúmeros artefatos que, com os litoglifos, pictografias e petrografias encontrados alhures, constituem ótimo material de pesquisas, pois denotam que não são simples produtos de recreação (*ludus homini*). Há inscrições lapidares, urnas funerárias e objetos de arenito que denunciam um gosto artístico desenvolvido.

Os Minuanos, situados entre os rios Quaraí e Ibicuí, os Charruas, na margem setentrional do Rio Jaguarão e os Yarós, entre os rios Negros e Ibicuí, viviam em grandes toldarias feitas com despojos de animais silvestre e esteiras vegetais. De evidente origem chaná, distinguiam-se pelos seus pitorescos “caypis” e pelas suas perigosas boliadeiras. Da sua língua, que muitos dizem proveniente do aruak³⁶, escreveu José de Saldanha: “Agradável e veloz, muito diferente da dos Tapes e talvez idêntica à dos Índios da América Setentrional³⁷. Segundo Hervás, nada tinha em comum com o idioma guenôa; segundo outros, aproximava-se da dos Puelches³⁸. Veja-se “O Minuano na toponímia rio-grandense” de Aurélio Porto in Ver. Do Inst. Hist. e Geogr. do R. G. do Sul – 1º Trimestre de 1938.

Quando da imigração tupi-guarani, a que já fizemos alusão, uma corrente foi entestar com os povos remanescentes da civilização inca,

“mbaya” era privativa dos caciques, tal como acontecia entre os Mayas, cujo chefe primitivo se chamava “Mayani”.

De todos os grupos raciais, a época do povoamento, habitavam o Rio Grande do Sul, eram os Tapes, sem dúvida, os mais importantes, quer do ponto de vista quantitativo, que ainda e principalmente do ponto de vista cultural. A nosso ver, teriam se irradiado do alto Paraguai, descendo o Paraná. Nos começos do século XVIII ainda existiam nas proximidades de Porto Alegre e Viamão várias “tabas” de Tapes, com cercados de camboim e cambará. Nelas corria a versão, recolhida pelos primeiros povoadores, de que os Tapes tinha vindo “do outro lado do Guaíba”, embarcados em “pirogas” e dividindo-se em dois grupos: os “tapyacús” e os “tapymirins”.

³⁶ Os aruaks ou aruacos irradiaram-se, segundo se presume, da região entre o Orenoco e o Negro, atingindo para o sul, a meseta boliviana e as terras setentrionais do Paraguai, donde, finalmente, teriam alcançado o litoral do Pacífico. S. Peres Y Alonso, em sua obra “Línguas da América do Sul” (Montevideu, 1940), assegura que muitas tribos indígenas do Uruguai filiavam-se ao grupo linguístico “aruak”.

³⁷ Diário Resumido – Separata do Vol. LI dos Anais da B. N.

³⁸ Segundo constatou Sain-Hilaire, a pronuncia do “r” entre os Minuano se Charruas era extremamente carregada e a pronuncia do “l” dobrado meio arrastada. – “Viagem ao Rio Grande do Sul” – São Paulo, 1939.



cruzando o Chabo, no rumo oeste e formando, afinal, por intenso cruzamento com os chanes, a tribo cheriguana, pertencente à família linguística tupi-guarani. Diversos estudiosos tem aventado a possibilidade de serem os índios Arachanes descendentes dessa tribo. Ao tempo do povoamento do Rio Grande, eles ocupavam a costa ocidental da Lagoa dos Patos e as margens do Guaíba, já integralmente guaranizados.

Em 1839, observava argutamente Nicolau Dreys: “A língua usual das Missões é a língua guarani; sonora, eufônica e pitoresca, principia já a ser popular desde o Rio Pardo³⁹.” Após a conquista dos Sete Povos, consoante o depoimento de Saint-Hilaire, os fazendeiros do oeste passaram a admitir grande número de peões guaranis, geralmente muitos hábeis em todos os serviços de campo, sobretudo na doma de baguais, na “potreação” e no uso das boliadeiras⁴⁰. Deve-se aditar que quando as tropas portuguesas regressaram da campanha das Missões em 1757, com destino a Rio Pardo, formava a cauda do exército de Gomes Freire um outro exército constituído de família indígenas , em verdadeira transmigração. Quando os espanhóis quiseram obriga-los a voltar, eles se internaram nos matos de Botucarai. Daí serem apelidados de “botucarais”. Em 1810, segundo um interessante quase desconhecido mapa inserto no nº 1 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (agosto de 1860), havia no território missioneiro apenas 787 luso-brasileiro diluídos numa massa de 7561 índios guaranis. Entre outras muitas palavras que nos ficaram deles podemos mencionar as seguintes, a título ilustrativo: tocaio, cuia, mambira, bugio, perau, jaguané, saracuá, tiguera, cabriúva, corroeira, capao, miche, mandassaia, cará-cará guanbiroba, itaimbé, jacutinga, saíra, aricum, restinga, inhambu, mundéu, batinga, aroeira, tapuva, saguaipé, siriri, irapuã, sanhasú, ira-mirim, tatú, jabuticaba, caraguatá, tapiti, chirú, camboatá, uva, mandaguari, tubuna, biguá, tapera, curicaca, tucum, apinchar, canguara, caúna, preá, piá, canjerana, motuca, guabijú, guri, batará, guaiaca, ipé, guaraxaim, butiá, araçã, cateto, nhaduú, caroba, tiririca, fuá, nambim tanguari, curicaca, coronilha, iaraguá,

³⁹ Notícia Descritiva da Província de São Pedro – Rio Grande, 1927.

⁴⁰ Op. cit.

ipecacuanha, tabuja copororoca, sobregi, inhanduvá, sucurá, tanhan, japecanga, piquiá, guajuvira, guarapiapunha, timbuava, piragua, picoá, tajuá, tangui, piava, ruvá, miraguaia, nhandijú, giráu, changui, carijó, beijú, biboca, gerivá, umbu, tapejara, acuéra, tacurú, baiquara, chipa, capincho, Sapiranga, quiri-quiri, samboatá, carajá, Sarandi, capoeira, puchirão, guaropiti, jacuba, iratim, guaraipe, grumatã, Gurupi, guataparã e guaimbé⁴¹.

Alfredo de Carvalho, estudando as denominações tupi-guarani neste Estado, registrou cerca de 130. Sousa Docca, num dicionário que alcança apenas a letra “i”, triplicou esse total⁴². O povoamento do oeste rio-grandense operou-se coincidentemente no período de influência do tupi-guarani como língua auxiliar ou subsidiária. Se não pode haver duas opiniões quanto à importância dos tupinismos e locativos guaranis na apelação da geografia gaúcha, topônimos que, em não poucos casos, recordam os afoitos adentramentos bandeirantísticos⁴³, cremos ser capital, debaixo do ponto de vista culturologico, a nomenclação indígena com que os primitivos habitantes brancos do Rio Grande batizaram não só muitos dos seus pousos e arranchamentos como também numerosos utensílios e seres. Cumpre notar que o tupi-guarani falado no Rio Grande diferia bastante do que se falava, na mesma época, em outras regiões do Brasil, sobretudo no Norte, dando a impressão de ter recebido considerável influência exótica. Veja-se a esse respeito a “Bibliografia da língua tupi” de Vale Cabral (Rio, 1880). Também é interessante a “Bibliografia da língua tupi-guarani” de Plínio Airoso (São Paulo, 1943).

Os próprios Jesuítas, aliás, distinguiam os Tapes como povo guarani. Parece certo, realmente – é bom repetir – que os Tapes, ao tempo da catequese, estavam totalmente guaranizados, tendo, entretanto,

⁴¹ O indigenismo léxico no Rio Grande do Sul, como no resto do Brasil, predomina nos termos locativos e nos atinentes à flora e à fauna.

⁴² Vocabulos indígenas na geografia rio-grandense – in Ver. do Inst. Hist. e Geogr. do Rio Grande do Sul, 1925.

⁴³ Pelo “neheengatu” – di-lo ilustre tupinista – os bandeirantes designavam inúmeras das suas descobertas e localizações. A propósito é mister não esquecer o numeroso séquito de tupis que de ordinário, acompanhava as bandeiras.

influído muito no falar assimilado pelo carreamento de palavras próprias. Ao que nos parece, salvo entender dos mais doutos, os inacianos, ao reduzirem o guarani à língua escrita, muita cousa sua, pessoal, nele introduziram para efeitos didáticos e apostólicos. Nas Missões, além do guarani, era ministrado o espanhol. Daí encontrarmos mesclas lexicais e até mesmo palavras castelhanas transplantadas para o “abanheen”, como nesta frase conhecida: “Peypepeayape orehegui oracione” citada pelo P. Tadeu Henis⁴⁴. Jaguarão-Chico Ibirapuitã-Chico e Vacacaí por exemplo, são legítimos hibridismos hispano-guaranis⁴⁵. A literatura nativa dos Sete Povos teve sua fase de relativo brilhantismo, com obras inteiras escritas e publicadas na língua guarani, conquanto geralmente modeladas no espirito e no estilo europeus da época.

Quando se teria verificado a guaranização dos Tapes? Foi escrita por Aurélio Porto esta observação oportuna: “Muito antiga deveria ser a passagem da onde guarani que, entrechocando-se violentamente com o Tape, impôs-lhe a sua língua e parte dos seus costumes e possivelmente um cruzamento racial, tendo provavelmente enriquecido as suas formas vocabulares com expressões dos dominados, diferenciando-se, assim, da primitiva fonte tupi”⁴⁶.

Essa conjectura, alias, encontra apoio nos fatos. Primitivamente, a raça guarani não tinha representantes puros em território rio-grandense, encontrável apenas nas ilhas do Delta e na região parano-uruguaia, conforme muito bem assinala Antônio Serrano em seu livro “Los Primitivos habitantes del território argentino” (Buenos Aires, 1930). Bem provável que os Tapes fossem simples produto do cruzamento dos guaranis com outra tribo pré-existente, em sua marcha invasora para o ocidente, isto é, para a região meridional que o estuário platino limita. Era o Rio dos Patos ou mais propriamente o Rio Mampituba a fronteira entre os guaranis e os tapuias.

⁴⁴ in “Anais da Biblioteca Nacional”, Vol VII.

⁴⁵ Outras modalidades de hibridismos lexicais no Rio Grande podem ser citadas como formas largamente complexas de vida cultural-social. Como hibridismos luso-guaranis curiosos podemos citar Caraí-Passo, Ijuí Grande, Carajazinho, Ibicuí da Cruz, Vacaraí e Becaverá. Entre os hibridismos luso-castelhanos fugira Candiota-Chico.

⁴⁶ Pré-história do Rio Grande do Sul.

Na Relação Anual do P. Fernão Guerreiro, há duas cartas do P. Jerônimo Rodrigues que em 1605 esteve entre os carijós e pelas quais se verifica que eles não chegavam até o território rio-grandense, indo apenas até o “Boipetiba”. (Lisboa, 1609).

Vem a propósito recordar que o P. Cardiel, que conheceu os Tapes de perto e com eles conviveu demoradamente, observou que eles não eram guaranis e sim guaranizados. No seu modo de ver, teriam sido uma nação de remanescentes mayas, que houvesse se localizado na região diaguíta, recebendo mais tarde o influxo da onde guarani que agiu sobre eles. É provável, de resto, que os Tapes e Diaguitas se tivessem desprendido de um tronco comum, no período que Max Uhle denomina de “selvagismo”.

Aurélio Porto deixou o toque: “Não obstante encontrarmos os tapes do Rio Grande do Sul completamente guaranizados, é certo que teriam língua própria, da qual, em topônimos rio-grandenses, se encontram vestígios inequívocos. Um desses estimos é Mbae, com a acepção de alto, elevado, superior, chefe supremo ect. Como se verifica também nas raízes primitivas da língua maya, ex: Mbaé (Bagé), morro isolado; Caróbay, chefe dos caciques de Caró e outros. Na língua dos minuanos, parentes dos tapes por afinidades raciais primitivíssimas, mbae afeta a forma de baú, encontrada em velho topônimos de todo o sul do Brasil”. (Dicionário Enciclopédico do Rio Grande do Sul – Primeiro Fascículo – Porto Alegre, 1936).

Língua fácil e suave, como assinalou o P. Fernão Cardim, o guarani possuía um vocabulário rico, flexível e expressivo, fato esse anotado por numerosos indianistas de valor, entre eles Teodoro Sampaio, Couto de Magalhães, Plínio Ayrosa, Batista Caetano e A. J. de Macedo Soares. Um dos seus característicos mais salientes residia, sem dúvida, na entonação, cujo uso mudava o sentido da mesma palavra, p. ex: tupã, Deus; tupá, raio; túpa, rede. A nasalização era outro distintivo importante, porquanto um som nasal qualquer nalisava também o anterior ou o posterior, daí resultando interessantes inversões. A relação, no genitivo,

constitui outra particularidade digna de destaque. Havia duas espécies de pronomes apenas: os pessoais, agentes e pacientes e os demonstrativos.

Segundo Montoya, Figueira e outros, a maioria dos nomes eram verdadeiros verbos no infinito ou antes todos os infinitos dos verbos eram nomes. Quando conjugados como verbos, os nomes incluíam a partícula “sum” nas significações de ser e ter. o fundamento do “abaneenga”, segundo Montoya, eram partículas e afixos, muitos dos quais, por si mesmos, não tinham nenhuma significação; compostos, porém, formavam unidades léxicas significativas⁴⁷. O numero de vozes características da região paraguaio-parano-urugaia trazidas pelos Jesuítas não pode aquilatar-se com precisão. Porém é o caso de que não foi pequeno⁴⁸. Explica-se a quantidade, comparativamente grande, de vozes quichuanas que se difundiram desde logo na sociedade gaúcha, incorporando-se ao seu glossário típico, com referência especial aos designativos e predicamentos rurais. Cumpre-nos reconhecer que o quíchua, (de “qquechhua”, terra temperada” o araucano e o aymará eram línguas extensamente faladas na região dos Andes, sobretudo na fronteira da Bolívia com o Perú. O Padre Berttônio, em seu “Diccionario Aymará”, publicado nos começos do século XVII em Roma, diz que a estrutura gramatical do aymará e do quíchua era mais ou menos a mesma: o vocabulário e a prosódia é que diferiam, mas não muito. O P. Febres, em seu “Diccionario Araucano” afirma, por sua vez, repetindo a opinião de alguns quichuógrafos, que os araucanismos abundavam tanto no quíchua como no aymará. São quichuismos ou araucanismos entre nós uns indiscutíveis, outros prováveis: guampa, tambo, concho, galpão, pampa,

⁴⁷ O P. Antonio Ruiz Montoya (1583-1652), quer em seu “Tesouro de la lengua guarani”, quer em outras obras, muitas das quais aperfeiçoadas mais tarde pelo P. Paulo Restivo, apresenta-nos interessantes elementos que nos permitem ter uma ideia exata do curioso mecanismo funciosal do guarani, língua caracteristicamente holófrástica, em que, por efeito do monossilabismo predominante, cada sílaba tem um sentido próprio na composição.

⁴⁸ Debruçado sobre o Pacífico, o rolete andino, no seu percurso de mais de 6400 quilômetros, é, a um tempo, diferenciador geográfico e elemento da diversificação histórica. Com as aguas pluviais e do degelo alimenta as grandes caudais do Orenoco, do Amazonas e do Paraguai. O comercio, as invasões e as correntes imigradoras favorecem sobremodo nos territórios sub-andinos a circulação e a troca de palavras indígenas, especialmente as do quíchua, do aymará e do araucano.

carpa, porongo, mate, quinha, cancha, chirca, guásca, chasque, lechiguana, chucro, guacho, cusco, gaúcho, etc⁴⁹.

Alimentamos a convicção de que nos primeiros tempos da colonização da América, a cultura indígena levava vantagem sobre a europeia, quer pelo numero dos que a ela pertenciam, quer pela sua maior adaptação ao meio natural. Por isso mesmo, as línguas indígenas, como elemento ativo dessa cultura, também deviam sobrepor-se por algum tempo aos idiomas arribadiços. Poderíamos multiplicar os exemplos para mostrar as causas e concausas que desde logo agiram sobre as línguas espanhola e portuguesa no sentido de amoldá-las ao novo meio e às suas necessidades específicas. Talvez conviesse lembrar aqui que os próprios colonizadores não tardaram a deformá-las com a adoção sistemática de dialesismos, neografas e vícios sintáticos. Por outro lado, muitas palavras passaram a ter significação diferente da que se lhes dava no Velho Mundo. O fato, de resto, encontra fácil explicação na semiologia, visto como as mutações e alterações de sentido são impostas pela evolução natural das línguas. A alteração semântica, na provecta opinião de Whitney, é um dos fenômenos mais importantes na vida e na dinâmica das línguas e tanto maior atenção merece quanto está ela sujeita à duas leis fatais: a generalização do particular e a especialização do geral. Essas leis, por sua vez, estão na dependência direta das propriedades semânticas dos vocábulos: a extensão e a compreensão. É curioso notar: inúmeros termos indígenas, submetidos à força latinizante do português e do espanhol, não tardaram a latinizar-se completamente. O português, essencialmente negrófilo, e indiófilo, especialmente o do sul, não demorou em assimilar uma verdadeira torrente de amerindianismos e afronegrismos.

⁴⁹ Os quíchuas não tiveram alfabeto escrito e as palavras que hoje conhecemos da sua língua foram grafadas pelo ouvido dos espanhóis. Segundo Roquette Pinto, a língua dos “nambiquaras” – índios do Brasil – Central – possui numerosas raízes genuinamente quíchuas. (Rondonia, - Rio, 1917). O alfabeto dos Aymarás foi descoberto em 1860 por João Jacob Von Taschudy junto ao Lago Titicaca. Nada mais era, em última análise, do que uma série de reproduções hieroglíficas em que a representação figurativa dos objetos assumia, por vezes, verdadeiros complexos lineares.

Disse-o autorizadamente Teodoro Sampaio: “Até o começo do século XVIII, a proporção entre as duas línguas faladas na Colônia era mais ou menos de três para um, do tupi para o português.” (O Tupi na geografia Nacional – São Paulo, 1914).

Se não se pode subestimar o papel do índio na formação do Rio Grande do Sul, por que ele, afinal, não foi tão insignificante nem tão obscuro como se tem proclamado desavisadamente, não se justifica, outrossim, a secundariedade atribuída ao negro, durante e depois do escravagismo, como elemento colaborador e até certo ponto elaborador da vida gaúcha. As condições sob que se desenvolveram as atividades saladeris e o trabalhos dos costumes, por si sós, exigiram, em grande escala, o concurso permanente – e não apenas acidental ou esporádico – do elemento melanoderma, importa da África ou vindo de outras regiões escravocratas do Brasil. E não é só. Na distribuição das terras, El-Rei dava preferência aos que tivessem “maior numero de escravos e gados”. A Colônia Africana, nas proximidades da antiga Varzea, em Porto Alegre, ainda é hoje um importante núcleo negrejante. Vejamos por exemplo uma estatística que fala mais alto e melhor que quaisquer palavras que nos fosse dado escrever. Tomando-se a população rio-grandense em 1814, teremos as cifras subseqüentes:

Branços	35991
Negros	20661
Índios	8655
Mestiços	5399

Dos idiomas africanos, a língua bunda ou quimbundo está presente em inumeráveis plebeísmos gaúchos⁵⁰. Aliás, a preeminência das tribos angolezas no Rio Grande do Sul parece coisa incontestável. A essa respeito, é interessante o estudo dos antigos batuques do Campo do Bonfim, em Porto Alegre. São palavras trazidas por elas: angico, monjolo, pinguela, pito, quibebe, anta, bambá, lomga, cafua, mulambo, macota, aricungo, banzo, bundum, maromba, tunda, fulo, burundanga, calombo, cacife, cabungo, quimbôbô, capanga, etc. Para elucidação mais ampla do assunto, é bom consultar “Os africanismos no Dialeto Gaúcho” de Dante de Laytano. (Porto Alegre, 1936).

A contribuição do colono ao glossário típico do Rio Grande, ao contrario do que seria para supor, não tem sido importante nem decisiva, fato que bem merece, na verdade, uma análise sociológica deitada. De 1824 a 1924, isto é, no longo período de um século, entraram no Rio Grande, segundo dados oficiais fidedignos, para mais de 200000 colonos alemães, italianos e eslavos. Não é demais ressaltar que em 1925, dos 74 municípios gaúchos 49 possuíam núcleos coloniais⁵¹.

No linguajar rio-grandense, obediente a um processo simultaneamente compositivo e derivativo, a formação erudita anda de mãos dadas com a formação popular. Sobretudo a derivação orgânica tem enriquecido enormemente o português falado entre nós e cujos traços distintivos, resumindo o que atrás ficou dito, podem ser distribuído em oito classes distintas de vocábulos:

⁵⁰ A língua bunda prendia-se à área de cultura bantú que, como se sabe, distribuía-se pela bacia do Rio Congo, tendo como principais representantes, vindo para o Brasil, os benguelas, angolas, cabindas e moçambiques; introduzidos em diversos pontos do Brasil central e setentrional, sobretudo em Pernambuco e no Rio de Janeiro, dispersaram-se eles depois para as regiões meridionais do país, onde Saint-Hilaire os encontrou entregues às mais diferentes ocupações. Aceitando-se o depoimento de Anchieta, já em 1583 existiam no Brasil 14.000 “peças” importadas do Congo e da Guiné, assim distribuídas: 10000 em Pernambuco, 3000, na Bahia e o restante no Rio de Janeiro e outras capitais.

⁵¹ Atualmente o Rio Grande do Sul é o terceiro Estado do Brasil por ordem de população estrangeira, predominando os uruguaios, italianos e alemães, num total geral de 90710, segundo os últimos dados fornecidos pelo I. B. G. .E.

- 1) Vocábulo português revestido de uma significação estritamente local, além do seu sentido comum, p. ex: pingo, bombeiro, cacho (cauda do cavalo), compositor, habilitado, varando (sala de jantar), barraca (casa de negócio), picareta (chapéu de palha), estacionário, retalhado, apurar, aceado, bandão, cevadura, mesquinho, etc.
- 2) Vocábulo integralmente espanhóis, p. ex: durasnal, cabana, esquila, arreglo, aficionado, cadena, cajetilha, chicosuelo, abrojo, doble, conchavo, embornal, matacara, flaco, despacito, lonca, permissu, puchero, etc.
- 3) Vocábulo português só circulantes no Rio Grande do Sul, p. ex: querência, apêro, pandorga, farinheiro, tenência (cuidado), quarar, biongo, pussuca, etc⁵².
- 4) Vocábulo espanhóis aportuguesados, p. ex: coxinilho, alcaguete, matambre, retovo, pericão, acuchilar, rincão, etc.
- 5) Vocábulo de formação tipicamente regional, p. ex: festo, paciencioso, passeiro, bichoco, xaroppear, danisco, desgranido, casquinha (doce de casca de laranja), carrinhos (maxilares inferiores), naniquite, galguincho, pedincha, praino, tóra, aboche, etc.
- 6) Vocábulo de proveniência africana. (Vejam-se os exemplos já citados).
- 7) Vocábulo de origem amerígena. (Os exemplos anteriormente invocados são suficientemente elucidativos).
- 8) Vocábulo de origem alemã, italiana ou eslava, p. ex: “kerb”, polenta, aboche, cuca, arigones, porto, chemia, chucrute, etc.

⁵² É preciso distinguir sempre os termos só conhecido no Rio Grande do Sul dos vocábulos também correntes no resto do Brasil mas aqui usados com acepção estritamente regional.

É de inteira justiça fazer ressaltar que não são poucos os regionalismos comuns ao Rio Grande e ao Prata. Não cabe aqui a apreciação do assunto. Destaque-se somente o fato de que também circulam nas Republicas platinas dezenas de vozes familiaríssimas ao falar regional deste Estado. Entre elas: amargo, bomba, bombeiro (“bombero”), barbaridade, carona, charque, churrasco, choronas (“lloronas”), campear, carreta, caicué (“ca’aicué”), crioulo (“criollo”), canhada (“cañada”), china, cevar (“cebar”), coxilha (“coxilla”), dar alce, disparar, estância, estaquear, flete, galpão (“halpón”), guacho, gaudério, gringo, guampa, guasca, guri, inverno, mangueira (“manguera”), mate, matungo, minuano, matear, mulita, manteiro (“matreiro”), mermar, nambi, novilho (“novillo”), nazarenas, pampa, pangaré, pitar, pialo, poncho, pingo, pago, porongo, pulperia, redomão (“redomón”), retovar (“retobar”), rodeio (“rodeo”), rodar, reino rancho, rumbiar, rebenque, sanga (“zanga”), sair parado (“salir paráo”), serigote, sobrecincha, sogá, sotreta, taquara (“tacuara”), tapera, tobiano, trodilho (“tordillo”), tropa, tropilha (“tropilla”), terneiro (“ternero”), trago, verdeaar, vaqueano (“baqueano”), volteada, tocaio (“tocayo”), tranco, gateado, oveiro (“overo”), baderna, desguaritar (“desgaritar”), trite, picaço (“picazo”), rabão (“rabón”), cabresto, troncho, chasque, tirador, melado, bandear, consquilhoso (“cosquilloso”), matadura, estreleiro (“estrellero”), cancheiro (“canchero”), alazão (alazán), orelhano (“orégano”), sinuelo (“señuelo”), tento (“tiento”), laço (“lazo”), manear, arreada, mancarrão (“mancarrón”), ensilhar (“ensillar”), ruano, cargoso, alcaguente, garrao (“garones”), rumbear, etc.

Da mesma forma é digno de registro o fato de que um grande número de expressões circulantes no Rio Grande do Sul e no Prata também se ouvem em outras regiões sul-americanas, notadamente no Chile, no Peru e na Venezuela. Rômulo Gallegos, em sua novela “Dona Barbara”, cuja ação se desenrola em “Los Llanos”, ao norte do Orenoco, na Venezuela, emprega termos como baquiano, pulperia, rancho, disparar, hacienda, etc.

CARACTERÍSTICAS DO LINGUAJAR GAÚCHO

Não é necessário alinhar muitos exemplos para demonstrar que o linguajar popular rio-grandense é o mais opulento, o mais expressivo e o mais pitoresco do Brasil, em que pese a opinião discrepante de provetos dialetólogos e lexicógrafos patrícos. Pelos exemplos que adiante se leem, o leitor, por si mesmo, verificara facilmente o acerto da nossa proposição. Para mostrar a riqueza impar do falar pagueano; basta dizer que ele possui cerca de três mil termos e modismos expressionais típicos ou tipificados. Os lexicons oficiais são, via de regra, omissos a respeito desses termos e modismos. Não é descabido lembrar aqui que a maioria deles apresenta notável tendência dialetizante em relação ao português comumente falado no resto do país. Devem ser consultadas a proposito as obras dos nossos vocabularistas.

Sem pretender apresentar a bibliografia do assunto, que já ascendo em algumas dezenas de volumes, vale a pena destacar alguns trabalhos e nomes, que se colocam, a nosso ver, entre os mais dignos de atenção. A. A. P. Coruja pode ser considerado o precursor. A sua “Coleção de vocábulos e frases usados na Província do Rio Grande do Sul”, tendo aparecido antes na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo XV, foi impressa em Londres no ano de 1856. em 1861, teve uma reedição brasileira. Em 1862, Gomes Brandão apensou-a à sua “Folhinha Riograndense”. O “Vocabulário Sul-Riograndense” de Joao Romanguera Corrêa (Porto Alegre, 1898, Echenique & Irmao, 231 págs) contem mais de mil palavras. O de Roque Callage, intitulado “Vocabulário Gaúcho” (Porto Alegre, 1926, Livraria do Globo, 132 págs) contem mais do dobro, isto é, mais de duas mil palavras. O de Luiz Carlos de Moraes, sob a epigrafe “Vocabulário Sul-Riograndense” (Porto Alegre, 1935, Livraria do Globo, 227 págs) apareceu destaque tanto pelo numero de verbete reunidos quanto pelo valor das informações documentais apresentadas.

Em 1911, estando a Academia Brasileira de Letras preparando um dicionário de brasileirismos, Mário de Alencar e Raimundo Corrêa

apresentaram numerosas achegas extraídas d “O Gaúcho” de José de Alencar. Nesta resenha por alto é justo não esquecer a contribuição do P. Carlos Teschauer. Além de vários escritos avulsos sobre o falar dialetológico do povo extremenho, ele ainda publicou, nas suas “Apostilas ao Dic. De Voc. Brasileiros de Rohan” (Petrópolis, 1914), interessante rol de termos e anotações.

É indispensável não esquecer ainda o “Dicionário de Vocábulos Brasileiros” de Beaurepaire-Rohan (Rio, 1889), os “Vocábulos Indígenas na Geografia Riograndense” de Souza Docca (Porto Alegre, 1925), o “Vocabulário dos Pescadores do Rio Grande do Sul” (Porto Alegre, 1937), os “Africanismos no Dialeto Gaúcho” de Dante de Laytano” (Porto Alegre, 1936), os “Arcaísmos portugueses na linguagem popular do Rio Grande do Sul” de Walter Spalding (Angra do Heroísmo, 1947), “No Planalto” de Manuel Duarte (Porto Alegre, 1930), “Prosa do Pango” de Augusto Meyer (Rio, 1944) e “Gaúchos e Beduinos” de Manoelito de Ornellas (Rio, 1948).

Outras fontes poderiam ser apontadas como “A margem de alguns brasileirismos” de Augusto Daisson (Porto Alegre, 1925), o vocabulário que acompanha o poema “A marcação de M. Pereira Fortes (S. Paulo, 1940), o “Dialeto Riograndense” de Joaquim Gomes de Campos Junior (Porto Alegre, 1909), o glossário anexo ao livro “Querência” de Vieira Pires (Porto Alegre, 1925), o vocabulário apendiceado aos contos de “No galpão” de Darci Azambuja (Porto Alegre, 1944), a obra “Paisagens (P. Alegre, 1874) de Apolinario Porto Alegre que registra mais de trezentos vocábulos regionais, muitos, aliás, reeditados por Múcio Teixeira em seu trabalho “Flores do Pampa” aparecido no mesmo ano, a “Breve coletânea de termos e locuções peculiares à campanha” anexa à obra “O Rio Grande do Sul” de Ernesto Lassance Cunha (Rio, 1908), além das anotações do mesmo Apolinário Porto Alegre aos dicionários de Carlos Aulrete e Beaurepaire-Rohan.

Para o estudo fonológico do vocabulário rio-grandense muito já contribuíram alguns pesquisadores de reconhecido mérito, entre os quais Elpidio Ferreira Pais, Francisco Fernandes e Thales de Azevedo. Do primeiro temos o valioso trabalho intitulado “Aspectos da fonética sul-

riograndense” (in Anais do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada, São Paulo, 1938). Francisco Fernandes escreveu “Alguns modismos da linguagem popular de Minas e do Rio Grande do Sul”, excelente trabalho publicado na revista “Província de São Pedro” (Nº 8, março de 1947) Thales de Azevedo, conhecido e prestigioso intelectual baiano, é auto de “Gaúchos”, (São Salvador, 1943) substanciosos ensaio de antropologia social, ainda não devidamente divulgado entre nos.

A mor parte, para não dizer a quase totalidade dos vocábulos regionais do Rio Grande ainda não foi, entretanto, estudada sob os pontos de vista etimológico e lexicogênico, o que, alias, não é estranhável, dada, sobretudo, a dificuldade de fontes seguras assim inéditas como impressas.

Deve ser dito aqui que a heterogeneidade geo-física do Brasil, associada a outros imperativos circunstanciais, é de molde realmente a suscitar frizantes diferenciações vocabulares, frascológicas e prosódicas. Parece escusado advertir, por exemplo, que na área ecológica dos garimpos, bem como nas zonas de mais densa caboclicização, como a dos gorutubanos mineiros, existem em franco desenvolvimento diferenciativo vocabulários idiossincráticos, verdadeiras fontes de brasileirices, já parcialmente recolhidos e anotados. Examinando-se, por exemplo, os dizeres típicos dos “pantaneiros” de Mato Grosso e dos capoeiramos da Bahia, chega-se à conclusão de que existe na respectivas áreas, mercê do estropiamento linguístico e das sugestões mesológicas, todo um acentuado “processos” lexical com tendência para o que já se qualificou de encapsulação.

Embora certo que as mutações estruturais e funcionais sofridas pelo português falado no Brasil se mostram mais frequentes no “interland”, é incontestável que elas ocorrem em todas as partes, como característicos relevante de um extenso e inelutável processo de individualizações indiomáticas, em que a vernaculização dos apelativos neológicos se opera em ritmo de maré montante, acompanhando, não raro, a “desoficialização” de certas vozes.

Em meio ao amplo sistema de dispersão linguística vigorante em nosso país, cabe posição de proeminente relevo ao Rio Grande do Sul, visto que, de longa data, apresenta rico, variegado e por vezes bizarro acervo de singularidades idiomáticas. Tomando em consideração o grau de desenvolvimento dessas singularidades, o seu numero e a sua proporção com o falar oficial, é evidente que o vocabulário típico do Estado adquire marcante significação não apenas sob o aspecto linguístico propriamente dito mas também sob o aspecto culturoológico no mais largo sentido. Pode-se mesmo ter como certo que em nenhuma das unidades federadas é possível encontrar maior soma de palavras e expressões nitidamente regionais.

Cumpra por em relevo: o meio físico, por si só representa um fator primordial e básico da vida em comunhão, cujo caráter real depende, em primeiro lugar, da espécie de gente que a compõe. Escusado será dizer que a língua represente, sem dúvida, uma das bases ambientes da vida social e vai criando palavras novas à medida das suas necessidades locais. Este Estado, hoje verdadeira “unidade comunal”, pelas condições específicas da sua formação, tanto quanto pelo seu “facies” especial, de território aculturativo por excelência, viu formar-se dentro das suas linhas divisórias, desde cedo, um elevado numero de valores linguísticos diferenciados e inconfundíveis, que o tempo implacável homologou, enriquecendo-os com novas criações e assimilações, umas de derivação portuguesa, outras de raiz espanhola, ameríndia ou africana.

Reconhecida essa verdade, devemos, por outro lado, insistir em que a maneira de dizer, o boleio da frase entre nós é geralmente colorido, tenso de graça, com um acento próprio, aqui e ali salpicado de curiosos anacronismos, de neologias inesperadas, de interjeições, de elipinismos, de neologias inesperadas, de interjeições, de elipses e tropos do mais pronunciado sabor localista, como veremos adiante. Não lhe falta nunca o que seja de original e atraente. Tem, enfim, particularismos e nuances que o destacam e distinguem. Magnífico fraseador, ágil metaforista, o gaúcho, via de regra, vota um carinho quase fetichista à terminologia crioula, essa mesmo que encontramos, viva e saborosa, nas páginas lapidadas de João

Simões Lopes Neto, de Alcides Maya, de Roque Callage, de Vieira Pires, de tantos interpretes dos pagos.

Endurecer o lombo é teimar. Negar o estribo é recusar, fugir, etc. visita demorada é visita de soltar bois. Anda pelas caronas é andar mal. Enredar-se nas quartas é atrapalhar-se. Emagrecer a olhos vistos é secar que nem charque escorrido. Arriscar o pelego é expor-se a algum perigo. Passar por baixo do poncho é contrabandear. Coicear no cabreste é desconfiar. Andar sem rumo, desnorteado, é andar como bolas sem manicla. Ser forte é ter caracu resistente. Botar a cola no lombo é fugir. Bater com o alcatre nas carquejas é cair do cavalo. Afrouxar o laço ou o garrao é ceder, temporizar, recuar. Bater aspas é anda parelho com o outro. Doce de boca é a pessoa fácil de ser levada. Andar entre a quarta e a meia partida é andar indeciso. O fanfarrão é indivíduo de armada grande e muitas rodilhas. Chá de casca de vaca é surra. O adulador é o lambe-espóra. Palanque de banhado é o indivíduo fraco, sem energia. Levvar buçal de couro fresco é ser iludido. Cair na volteada é ser vítima de algum logro. Estar de cangote duro é estar gordo. Baralhar o ferro é brigar à arma branca. Meio dia é a hora da cola bater motuca. o sol e o poncho dos pobres. andar de marca quente é anda zangado. pechada é facada. andar que nem carancho em tronquera é andar triste. Coruja de brete é mulher de vida airada. Socar cangica é cavalgar mal. Estar com cusco no cambão é estar aflito, preocupado.

Solicitamos a atenção do leitor para esta célebre frase de Pinheiro Machado: “Quem está montado na razão não precisa de esporas!” Os exemplos desse teor, mesmo escolhidos, podem ser indefinidamente multiplicados. Mude-se o ângulo visual e terse-á, diante dos olhos, o quadro fascinante dos adágios e prolóquios, que abarca, indubitavelmente, um dos setores mais opulentos e expressivos do falar rio-grandense. Eis alguns espécimens do nosso diversicolor e sem-par adagiário, já em parte estudado por Apolinário Porto Alegre e Victor Russomano e que, a título elucidativo, ocorre citar: Touro magro todos pealam; o lagarto no capim não deixa rasto, mas na areia enterra o rabo; quando urubu anda sem sorte não há galho de pau que o aguento; quem

não gosta de barulho não amarra porongo nos tentos; boi manso é que arromba porteira; em viajada larga se sai ao tranco; burro velho sempre nega o focinho ao boçal; touro fora da querência leva cornada até de vaca magra; animal matreiro põe os mansos a perder; quem ordenha bebe o apoio; quem dizer guabijú que sacuda o galho; o primeiro mate é dos pintos; matungo velho se aplasta em qualquer repecho; o cavalo quem faz é o dono; não te apures no repecho e devagar pelo lançante; não há conta que não se arregle; a tenteada é livre; amor de china é como fogo em faxina; quero-quero canta prum lado e tem o ninho pro outro; retalhado não se enfeita; não há campo sem tuco-tuco; em animal chucro todo defeito assenta; cada qual tem a sua pereva; terneiro de campo pobre não tem quartos nem papadas; porongo sempre da cuia; do couro é que saem as correias; não é por escarcear que se conhece o pingo; cavalo de campo não come pasto cortado; filho de arisco tem que matreiras; não há tropa sem boi corneta; cavalo ressabiado não se coça em urumbela; a argola é que chega primeiro⁵³.

Temos encontrado peões semianalfabetos ou inteiramente broncos cujo frasear, embora desalinhado e tosco, denota agudeza de observação, imaginação criadora. Capacidade de análise, autêntico espírito inventivo a até mesmo certa dose de filosofia⁵⁴. A maior ilusão dos que conhecem o falar dialetológico do Rio Grande somente pela rama consiste em ver nele apenas um determinado número de regionalismos qualificados ou semiquilificados, mais ou menos conhecidos através da imprensa, do rádio e do livro. Hoje em dia, numerosos regionalismos do Rio Grande vão realmente se tornando de domínio geral: o estado atual dos meios de difusão já não permite que os vocabulários regionais se mantenham rigidamente estanques e restritos aos seus respectivos enquadramentos geográficos. Para avaliar a expressiva maneira de dizer do gaúcho, basta relancear os olhos pelos trabalhos de João Simões

⁵³ Os livros de João Simões Lopes Neto e Alcides Maya, principalmente os deste, destacam-se dentre os outros do mesmo gênero pelos adágios citados.

⁵⁴ Álvaro de Alencastre escreveu: “O Rio Grande é o Estado cuja gente tem a linguagem mais original, de um colorido interessante. O gaúcho impressiona-se com tudo o que o cerca. Tira consequências. Compara; por isso a sua linguagem é digna de ser conhecida.

Lopes Neto, Múcio Teixeira, M. Faria Corrêa, J. Cezimbra Jacques, Homero Prates, Darci Azambuja, Zéca Bláu, Dino Dezidério, Roque Callage, Clemenciano Barnasque, Felix Contreras Rodrigues, Aurélio Porto, João Fontoura, Vargas Neto, Vieira Pires, Apolinário Porto Alegre, Manoel do Carmo, O. Nogueira Leiria, Carlos Plastina Alcides Maya, Manoel Acauan, Alfredo Jaques, Víctor Russomano, João Maia, M. Pereira Fortes, Rivadavia Severo, Marcio Dias, Alvaro de Alencastro, Ciro Martins, Luiz Araujo Filho, Peri de Castro, Lauro Rodrigues e Waldomiro Sousa⁵⁵. O poemeto “Antonio Chimango” de Ramiro Barcelos, compostas em sextilhas, é bem um transunto eloquente do “sermo plebeius” corrente na campanha, onde o falar doméstico, simples e descuidados, por vezes chulo e pontilhado de cacoeplas, revela, desde logo, falta de homogeneidade e certas tendências de subversão presódica. termos há usuais e correntes na campanha que, no entanto, são quase totalmente desconhecidos nas cidades. O inverso, aliás, também ocorre, pois podemos constatar, na campanha, a ignorância de numerosos vocábulos gíricos citadinos⁵⁶.

O que se verifica nos meios incultos ou sem-letrado com extrema frequência são as alterações de fonemas e a deslocação predominal, conjugadas a silabadas, vícios gramaticais e construções anômalas, muitas das quais vão pouco a pouco ganhando popularidade até mesmo entre a gente alfabetizada dos centros populosos do interior. São comuns, de resto, as obliterações de sons, as formas apocopadas e alotrópicas, os metaplasmos, as transliterações, etc. voltaremos a este assunto, dentro em pouco.

⁵⁵ A literatura gauchesca platina deu-nos já algumas obras definitivas, entre elas: “Don Segundo Sombra” de Ricardo Güiraldes (Buenos Aires, 1926), “Cuentos del pago” de Benjamin Fernandez y Medina (Montevideo, 1895), “Lanzas y potros” de Víctor Arreguine (Montevideo, 1913), “Pampa” de Julian Pedrero (Buenos Aires, 1935), “El gaúcho Florido”, de Carlos Reyles (Montevideo, 1932), “Alma nativa”, de Augustin Guillermo Casá (Buenos Aires, 1923), “Cuentos camperos” de Javier de Viana (Montevideo, 1912), “Salero Criollo” de José Sixto Alvarez (Buenos Aires, 1920), etc.

⁵⁶ Observa-se de uns tempos a esta parte, a desruralização de numerosos vocábulos, bem como a desurbanização de outros.

A versificação popular, repentista ou não, tem tido, nesta parte do Brasil, em todas as épocas, oporosos cultores e não menos exímios diletantes. Expressa com certa aspereza de forma ou traduzida em linguagem poética agradável, o que sobretudo chama a atenção na musa crioula do Rio Grande é um traço constante de afirmação e de semostração, em que a preocupação de salientar as virtudes inatas da raça em sua expressão permanente – e não apenas accidental – ocupa, sempre, plano destacado, através frequentemente de símbolos, estilizações e avatares. Esse traço afirmativo, caracteristicamente dionísíaco, remonta ao trovadorismo e ao rimário populares da época farroupilha e mais tarde haveria de acentuar-se consideravelmente, como se pode verificar das fontes existentes, entre as quais o “Cancioneiro Gaúcho” de Múcio Teixeira, “Cancioneiro Guasca” de João Simões Lopes Neto, (Pelotas, 1928), as trovas e décimas coligidas por Carlos Von Koseritz e Graciano de Azambuja, o “Cancioneiro da Revolução de 1835” de Apolinário Porto Alegre (Porto Alegre, 1935), “Os Farrapos na poesia popular gaúcha” de Fernanda Callage (São Paulo, 1939), “A poesia popular do Rio Grande do Sul” de Roque Callage, além de numerosas outras.

Dentre os que deixaram, nos domínios da poética genuinamente gauchesca, nomes imperecíveis, vinculados a trabalhos de consulta indispensável, por isso mesmo que ricos de material folclórico, é imprescindível não esquecer Ramiro Barcelos, com o seu “Antonio Chimango” já citado, Homero Prates com “Antonio Chimango e a sua continuação” (Rio, 1932), Luiz Jensem, que soneteou, em “O Bagual tordilho”, a cena pampeiríssima da doma, Zéca Blau com suas “Trovas da Estância em abandono”, Dino Dezidério, autor da “A Volta de Antonio Chimango”, Bitencourt Sampaio com seu “Conto do Gaúcho”, Caldas Junior com sua “Musa Gaúcha” postumamente publicada, Múcio Teixeira com suas “Gauchadas” e “Flores do Pampa”, anteriormente mencionas, Zeferino Brasil com sua “Gauchada”, Gabriel Pereira com sua “Canção do gaúcho” aparecida em 1883 no “Diário de Pelotas”, Zeferino Vieira com seu poema “O gaúcho” publicado pela primeira vez em 1872 no “Album

Semanal” de Porto Alegre, Bernardo Taveira Junior com suas “Provincianas”, João Damasceno Vieira com sua comédia de costumes rio-grandenses “Os Gaúchos”, Lobo da Costa com suas “Auras do Sul” e Apolinário Porto Alegre com inúmeros poemas fortemente impregnados de sentimento regionalista, afora, é obvio, a produção editorial moderna, tão farta quão valiosa, difina não só de um, mas de muitos estudos, quer como construção literária, quer como material de interpretação demo-psicológica.

Em estudo ulterior, dedicado Às produções trovadorescas e aos coplistas anônimos do Rio Grande, teremos ocasião de referir-nos demoradamente aos desafios e improvisos ainda hoje tão comuns na Campanha, onde o descantear simples dos homens do campo exprime, em seus “leit-motivs”, um estado de alma que o ambiente e o estilo de vida plenamente justificam. Uma observação acurada mostra que os versejadores populares do Estado em nada ficam a dever aos celebrados violeiros e cancionistas do Norte⁵⁷.

Isso posto, vejamos os principais característicos do linguajar gaúcho, cujas raízes mais profundas são, em parte, étnicas e políticas, em parte psicológicas e, em parte, culturais. Em resumo, os dados que coligimos podem ser esquematicamente enquadrados nos seguintes capítulos:

- a) Léxico;
- b) Prosódia;
- c) Sintaxe;
- d)

⁵⁷ Não fique sem um reparo o esforço revelado por alguns autores no que toca Pa recolta do cancionero do Estado, riquíssimo de material folclórico, muitos de projeção inconfundível sob o ponto de vista sociológico.

a)LÉXICO

1) Fenômeno glossológico assaz generalizado entre nós, como ficou dito linhas atrás, são os metaplasmos, que assumem aspectos caleidoscópicos, desde a epêntese até a aliteração, p. ex: verdureiro por verdureiro, cocre por croque, escuitar por escutar, tafona por atafona, caso por caso, rejume por regime, avaliar por avaliar, tenção por intenção, caálo por cavalo, fixe por fixo, chacra por chácara, pesco por pêssego, ameaço por ameaça, amuntar por montar, purga por purgante, desgracia por desgraça, hôme por homem, floxo por frouxo, cunversar por conversar, baxada por baixada, mensual por mensal, degavar por devagar, inté por até, antonte por anteontem, apreceiar por apreciar, sastisfeito por satisfeito, sai por senhora, córrego por córrego, aspro por áspero, lazão por alazão, adegua por adega, preguntar por perguntar, paragata por alpercata, renegar por arrenegar, cózca por cócega, páfia por empáfia, arreparar por reparar, apertencer po pertencer, preguntar por perguntar, depois por depois, alimpar por limpar, etc.

2) As frases verbais e as locuções enxameiam, p. ex: rabo-de-tatu, a jeito, dar pancas, cabos-brancos, sobre-osso, a dura penas, de agalhas, mata-boi, mal-de-vaso, cana-de-rédea, sobre-látego, etc. Aliás, os apelativos formados por justaposição são particularmente abundantes.

3) Nas classes indoutas e iletradas principalmente circulam dezenas de palavras anti-clássicas ou corruptas, além de incontáveis vocábulos já em completo desuso em outras regiões e privativos, por consequência, da fala popular neste Estado, p. ex: assuceeder, conversada (noiva), demudar, afloxar, contia, alumiar, saluço, ermão, depois, premeiro, luita, alumear, apiadar, reculuta, dona (senhora), devisa, adorado (doente com dores), etc.

Muitos dessas arcaísmos são legítimos alentejanismos, cf.acentua doutamente Joaquim Gomes de Campos Jr. Em sua obra “A formação do Rio Grande do Sul” (Rio Grande, 1909).

4) Os tautosilabismos são comuns, p. ex: Lulú por Luiz, Mimi por Noemi, etc.

5) Nota-se também, frequente adjetivação dos substantivos descritivos e não menos assídua substantivação dos adjetivos qualificativos. A palavra gaúcho, por exemplo, quando empregada adjetivamente, constitui um autêntico substantivo adjetivado. Por outro lado, - citemos um caso a título ilustrativo – a palavra guapo, durante muito tempo só usada em sua forma adjetival, passou, em dado momento, a revestir, também ,a forma substantiva.

6) O sufixo “ento” tem nítida função adjetival e tem servido, através do tempo, para a formação popular de inumeráveis adjetivos descritivos, p. ex: carrasquento, manhento, maceguento, carrapato, consquilhento, lambacento, etc.

7) Os sufixos “ada” e “edo”, de um modo geral, são designativos de abundância, de numerosidade, p. ex: chinedo, gauchada, potrilhada, guaiepada, bicharedo, novilhada, ponchada, coisarada, pingada, etc. o sufixo “ada” também pode ser indicativo de ação ou movimento, p. ex: volteada, churrasqueada, palanqueada, etc.

8) Os sufixos “aço”, “ado” e “ção” indicam ação ou resultado dela, p. ex: sofrenação, palanqueação, sogaço, tosação, bolaço, marcação, manotaço, etc. o sufixo “aço” também exerce função aumentativa, p. ex: campeiraço, fachudaço, graudaço, lindaço, cotubaço, aceadaço, ponchaço, prateadaço, morrudaço, gavionaço, faceiraço, fletaço, aflorifaço, etc.

9) Os sufixos “ito”, “ilho” e “ote” são designativos de diminuição, p. ex: bagualito, chuvisco, ruivote, potrilho, terneirote, trotezito, piassote, indiozito, gauchito, ranchito, picacito, gurizito, chiruzote, petiçote, etc.

10) Os sufixos “acho”, “udo” e “ão” são designativos de aumento, de superlatividade ou de abundância, p. ex: gurizão, bagualão, mancarão, bodegão, vivaracho, bombachudo, coxilhão, cuerudo,

buenacho, cogotudo, agulhado, potrudo, rudilhudo, macetudo, caneludo, coludo, guapetão, clinudo, mansarrão, buzinado, cuerudo, porongudo, etc.

11) O sufixo “eiró”, tão vulgar, aliás, na língua portuguesa, aglutinado aos temas radicais de numerosos vocábulos, determina não poucos adjetivos e substantivos, p. ex: jerivazeiro, embromeiro, novilheiro, guasqueiro, guabijuzeiro, campeiro, avestruzeiro, tatuzeiro, tambeiro, pescoceiro, maloqueiro.

12) O sufixo “douro” é designativo de lugar, p. ex: sangradouro, paradoro, velhaqueadouro, estaqueadouro, etc.

13) O sufixo “dor” é designativo de agente p. ex: rebenqueador, compositor, marchador, bombeador, galopeador, trançador, paleteador, reinador, cabestreador, etc.

14) O sufixo “ama” é designativo de coleção p. ex: moirama, pelegama, ossama, matungama, carretama, polacama, mutucama, cabelama, etc.

15) O sufixo “al” também é designativo de qualidade, p. ex: butizal, banhadal, carrapatal, santafezal, chircal, tacuruzal, carrapichal, tirirical, aguapezal, jerivazal, restingal, etc.

16) O sufixo “agem” é igualmente designativo de quantidade, p. ex: borregagem, cordeiragem, miudagem, etc. Serve também, no entanto, para designar ação ou efeito, p. ex: caudilhagem, cabortagem, alarifagem, capangagem, etc.

17) O sufixo “eco” tem função pejorativa, p. ex: potreco, andareco, etc.

Variada como se vê, é a terminação constitutiva que, agregada aos temas, lhes da automaticamente novos valores gramaticais. Frequentemente, o tema constitui-se de palavras inteiras sem a menor modificação orgânica, p. ex: charqueada, canchada, etc.

18) Os sufixos participais são largamente usados, p. ex: avacado, largado, alçado, arreganhado, amatungado, abarbarado, matado, desmunhecado, ovado, etc.

19) As palavras parassintéticas são trivialíssimas, p. ex: apotrar, aguachar, etc.

20) A derivação e a composição, que se produzem sempre espontânea e imitativamente, processam-se entre nós quer por via popular, que por via erudita (“sermo nobilis”), p. ex: atourunar (p.), pagueano (e.), xaropear (p.), farrapiada (e.), etc.

21) Fato que cumpre acentuar devidamente é a formação de vocabulários giricos ou sub-dialetais correspondentes à determinadas atividades. Entre tais vocabulários, destacamos o dos galistas e rinhedeiros, já bastante rico de palavras e expressões características, p. ex: cruzar, largador, mutuqueiro, mbatará, bacía, estado, cantar de galinha, etc; o dos carreiristas, p. ex: luz cortada, azarista, abrir luz, meio-corpo, paleta, fiador, cobrir a marca, largada, etc; o das charqueadas, p. ex: graxeira, desposte, tineiro, manteiro, ganchador, tancada, salgador, machadeiro, aguadeiro, guincho, etc; o dos pescadores, já estudado por Dante Laytano e o do Nordeste, em parte observado e anotado por Manuel Duarte⁵⁸.

22) A segunda pessoa do singular é o tratamento corriqueiro, familiar e social. Os próprios filhos, de um modo geral, tuteiam os seus progenitores. “Você” ordinariamente só é usado no plural. O espanholismo “usted” constitui, sem dúvida, tratamento excrescente, circunscrito à alguns pontos da zona fronteiriça, onde, entretanto, o seu emprego não passa de fato raro e exetivo, mesmo nas cidades colocadas sobre a linha meeira. Em alguns trechos da Campanha e da Serra perdura o “vancê”.

23) Há grande famílias filológicas, que constituem curiosas particularidades do português falado no Rio Grande do Sul. Vejamos algumas, a título demonstrativo.

⁵⁸ No Planalto – Porto Alegre, 1930.

GAUCHO

Palavra derivada em primeiro grau de remota raiz ainda discutida indígena como pretende uns, extra-continental na opinião de

outros. Do seu tema ou radical forma-se o seguinte grupo de palavras cognatas: gauchismo, gauchagem, gauchada, gauchesco, gauchar, agauchado, gauchinho, gauchão, gauchito, gauchaço, desgauchar, etc.

CHINA

mulher do

Vocábulos

chininha, chinita,

chinocão, etc.

Durante muito tempo, esta palavra designou apenas a índio ou pessoa do sexo feminino de raça aborígene.

derivados por cognação: chinurada, chinaredo,

chinoca, chinear, chineiro, chinoquinha, achinocada,

família **TROPA**
entropilhar,

Primitiva – tropa – simples. Cognatas ou da mesma filológica: tropeiro, tropear, tropeada, tropilha,

atropilhar, tropita, atropilhado, tropinha, tropeador, etc.

24) Os regionalismos rio-grandenses – inumeráveis e expressivos – são literários, populares e semânticos. Por outro lado, são intrínsecos, isto é formados com elementos vernáculos, p. ex: fumacear, paleio, tourear, etc. e extrínsecos, isto é, formados com elemento adventícios, p. ex: matambre (termo platino), arreglar (termo espanhol), cambaio (termo céltico), kerb (termo germânico), ciau! (termo itálico), etc.

25) Interessante, sem dúvida, é o caso dos termos que tiveram grande voga e difusão em Porto Alegre no século transato e hoje, não obstante a rápida metamorfose da cidade, ainda se ouvem de quando em quando, o que prova não estarem ainda completamente esquecidos pelas novas gerações, p. ex: turumbamba, banzé-de-cuia, etc.

26) Particularmente exuberante de metáforas e comparações é o linguajar gaúcho, p. ex: “brabo como mangamgava”, “mais apertado do que queijo em cincho”, “afiada como aspa de novinho”, “mais difícil do que pelas mondongo de boi velho”, etc.

27) Os brocardos e anexins, conforme já salientamos, também abundam, constituindo, na verdade, um dos aspectos mais pitorescos do léxico rio-grandense.

28) Os dialetismos pululam em todo o Estado, palpitantes e coloridos, p. ex: sortista (cartomante), cavacos (pedaços de carne seca), carpins (meias de homem), almidon (amido), escandescência (dificuldade de evacuar), água de cheiro (perfume), atochada (boato, notícia infundada, gracejo), pilhada (logro, mentira), espírito (álcool), aberta (clareira), etc.

29) Os sufixos verbais abundam, p. ex: palanquear, mosquear, monarquear, vaqueanar, lunanquear, abombachar, madrinhar, etc.

b)PRO-SÓDIA

1) A troca do “e” pelo “a”, sob a influência “r” manifesta-se com frequências, p. ex: rastolho por restolho, véspara, por véspera, carração por cerração, etc.

2) A troca do “l” pelo “r” verifica-se com frequência até mesmo nos centros populosos, p. ex: carcular, arguma, yortar, etc.

3) A transposição de fonemas de uma sílaba para outra, principalmente nos grupos “tr” e “pr”, é outro fato sedição, p. ex: percipicio, preparo, percurar, etc.

4) O aumento de letras ou sílabas no começo de certas palavras decorre, sem dúvida, do desejo de dar-lhes maior incisão, p. ex: arresolver, etc.

5) O grupo ditongado “au” comumente se transforma nos vogais labiais “ou”, quando não se reduz, mesmo, ao simples som “o”.

6) Nota-se em alta escala a corrupção (dissinclise) da variação predominal “lhe” em “le”.

7) Na prolação da segunda vogal nota-se um tom fechado, à semelhança do espanhol, em que o “e” átono não adquire nunca o valor de “í”.

8) No grupo fônico “IO” esta um das características mais salientes e comentadas do padrão ortoépico gaúcho. Na sua pronúncia em tom breve, observa-se franca ditongação.

9) No grupo vocálico “IE” o “e”, via de regra, também soa fechada.

10) A queda ou elisão da consoante “d” na terminação “ado” (p. ex: mamau por mamado, cansáu por cansado, etc.) é fenômeno pouco comum, mas aqui e ali na fronteira se manifesta em algumas palavras, sempre, porém, em caráter esporádico e aleatório.

11) Na maior parte das formas que emigraram da língua de Castela para o português falado no Rio Grande do Sul se efetuaram modificações tanto de vozes como de consonâncias. Quanto ao vocalismo, deve-se frisar em primeiro lugar, que a voz 'll' mudou-se no diagrama "lh", a voz "on" mudou-se em "ão" e a voz "ve" em "o". a identificação sônica entre o "y" e o "ll" dobrados castelhanos que devem normalmente soar como o "lh" português é o que os filólogos denominam de "yeísmo" etc.

12) A supressão do "r" por efeito de outro manifesta-se comumente, p. ex: próprio por próprio, prostar por prostrar, etc. esse fato confirma o ensinamento de que sempre que no organismo dos vocábulos há dois sons consonantais de igual valor um tende a ser substituído ou eliminado por outro. A dissimilação entre nos opera-se geralmente por substituição.

13) A permuta do "lh" pelo "i" (despalatização do fonema linguo-palatar LH) constitui uma cacoepia bastante generalizada, p. ex: fia por filha, taio por talho, oveia por ovelha, trabaiar por trabalha, mio por milho, etc.

14) A adição prosódica, seja por epêntese, seja por paragoge, também se constata com frequência, p. ex: adevogado, ansim, etc.

15) A transformação da consoante da forma primitiva "p" em vogal ocorre aqui e ali, p. ex: bautisar, bautisado, etc.

16) Comum é o ensurdecimento (apócope) do "r" final, p. ex: passeá por passear, corrê por correr, etc. Aliás, p "r" pouquíssimas vezes tem som forte no fim das palavras.

17) A deturpação fônica do "s" final aparece diariamente, p. ex: nois, arroz, etc.

18) A redução do ditongo "EI" manifesta-se seguidamente, p. ex: quêjo, feião, etc.

19) A subtração do S do plural nos nomes e sua conservação no artigo é fato que vem se repetindo, p. ex: as hora, as rua, etc.

20) A troca do “i” átono pelo “e” principalmente em sílaba inicial também se observa, p. ex: deficuldade, vezinho, defamar, etc.

C)SINTAXE

- 1) O possessivo exprime calculo aproximado em numerosas expressões, p. ex: “tem seus quarenta anos”, “tenho meus trezentos bois”, etc.
- 2) A conjunção “como”, associada à ideia de quantidade, também tem largo emprego, p. ex: “tinha como dez quadras de campo”, “havia como cem pessoas”, etc.
- 3) O pronome oblíquo no começo da oração é fato trivial.
- 4) Os artigos definidos “o” e “a” são sempre antepostos aos nomes personativos, p. ex: “Eu vi a Maria”, “Estive com o Paulo”, etc.
- 5) A interposição do verbo “pegar” como reforço de expressão é de uso corrente e por todos indiscriminadamente adotada.
- 6) A troca da conjunção “como” pela preposição “de” é frequentíssima, p. ex: “alistado de eleitor”, etc.
- 7) O desprezo pelas desinências plurais exterioriza-se de modo mais ou menos regular no interior, p. ex: os home, as fruta, etc.
- 8) A forma adjetiva do pronome conjuntivo “que” é usada interjectivamente para exprimir dúvida, p. ex: Qual o que!”, “Qual nada!”, etc.
- 9) A forma arcaica do artigo – lo, la – aparece em frases feitas, tais como “a la bruta”, “a la fresca”, etc.
- 10) É comum a anteposição da preposição “de” vestígio da sintaxe latina, em certas expressões como “de a cavalo”, “de a pé”, “ de em pelo”, etc.
- 11) É frequente dar-se ao caso reto dos pronomes substantivos formas adjetivas, p. ex: “eu vi ele”, etc.

12) Ocorre vulgarmente a concordância da segunda pessoa do singular com a terceira desse numero do pretérito perfeito, p. ex: “Tu vai sair?” etc.

13) É comuníssima a troca do ditongo “eiró” final pela voz fechada “êro”, p. ex: campêro, entrevero, postêro, cabortêro, aguatêro, etc.

Ivocando alguns exemplos, dissemos atrás que o falar rio-grandense, por força de múltiplos fatores especificativos e particularizadores apresenta, via de regra, um cunho de acentuada singularidade. Parece, pois, de imediato interesse para o desenvolvimento deste trabalho assegurar ao leitor, agora, provas documentais mais explícitas e convincentes, que o auxiliem a formar uma ideia exata de riqueza e da expressividade do frasear pagueano. Presumimos que ninguém contestará o grau de habitualidade e de generalidade das palavras e construções contidas nos textos exemplificativos que vamos oferecer. Registe-se, todavia, que elas, embora amplamente difundidas, ocorrem com maior frequência na Campanha, por motivos óbvios, cuja natureza não precisa ser encarecida.

Seria, realmente, não perceber a verdadeira essência do linguajar rio-grandense pretender encontrar certos dialetismos com caráter de regularidade no seio das classes letradas. Uma coisa, porém, parece certa entre nos: dezenas de regionalismos, durante muitos anos privativos da vida pastoril interiorana, já se incorporaram definitivamente à falta urbana, sendo ouvidos, até mesmo em círculos, sociais refinados, de Porto Alegre, de Pelotas, de Bagé, de Santa Maria, de Uruguaiana, de Livramento, de Rio Grande, etc.

Seria exaustivo recorrer a todos os trabalhos respigáveis. Não se faz preciso, de resto, grande numero de citações para evidenciar a opulência e a bizarrria do linguajar rio-grandense. vamos nos limitar, pois, a fazer uma rápida demonstração. O que, antes de tudo, procuraremos patentear, embora palidamente, é a ressaltante originalidade da nossa fraseologia, na qual, desde logo, se sente a poderosa influência

condicionador do “habitat”. Para a demonstração que nos propusemos, escolhemos alguns autores, antigos e modernos, d’entre os mais representativos e celebrados, todos, portanto, de bom quilate. Esses autores são: Alcides Maya, Alfredo Jacques, Carlos Plastina, Cyro Martins, Dino Dezidério, Darci Azambuja, Felix Contreras Rodrigues, J. O. Nogueira Leiria, J. Simões Lopes Neto, Joao Fontoura, Lauro Rodrigues, Luiz Araujo Filho, Ramiro Barcelos, Peri de Castro, Roque Callage, Vargas Neto e Waldomiro Sousa. Valemo-nos, outrossim, do rico e expressivo cancionero popular, tao gabado mas infelizmente ainda tão desestudado! Quando se procede à leitura das quadras existentes, verifica-se, logo ao primeiro exame, a rude e por vezes asperizada espontaneidade que as caracteriza. De cada um dos dezessete autores citados selecionamos uma obra ou um trabalho avulso de incontestado valor, a saber:

De Alcides Maya: Alma Barbara – Rio, 1932.

De Alfredo Jaques: Brigadianos – Porto Alegre, 1937.

De Carlos Plastina: Alma do Pago – São Paulo, 1930.

De Cyro Martins: Campo fora – Porto Alegre, 1934

De Dino Dezidério: A Volta de Antonio Chimango – Porto Alegre, 1935.

De Darcy Azambuja: No Galpão – Porto Alegre, 1944.

De Felix Contreitas Rodrigues: Gauchadas e gauchismos - Montevideu, s/d.

De J. O. Nogueira Leiria: Campos de areia – Porto Alegre, 1932.

De J. Simões Lopes Neto: Contos Gauchescos – Pelotas, 1912.

De João Fontoura: Umbú – Rio, 1929.

De Lauro Rodrigues: Minuano – Porto Alegre, 1944.

De Luiz Araujo Filho: Recordações Gaúchas – Porto Alegre, 1905.

De Ramiro Barcelos: Antonio Chimango – Porto Alegre, 1915.

De Peri de Castro: Coisas do meu pago – Porto Alegre, 1926.

De Roque Callage: Rincão – Porto Alegre, 1921.

De Vargas Neto: Tropilha Crioula – Porto Alegre, 1926.

De Waldomiro Sousa: O Changueiro Bragado – Conto – In “Correio do Povo” de 3 de junho de 1948.

No que se refere às interjeições e locuções interjeicionais, é de todo sabido que o gaúcho gosta de usa-las a todo instante, fato esse nunca suficientemente assinalado. Veja-se:

- “Por ela já sofri tanto
Que é puxa-barbaridade!” (Lauro Rodrigues)
- “Oigalê, paleia linda!” (Darci Azambuja)
- “La fresca! A coisa espantava mesmo” (Idem)
- “Coe-pucha, rapaziada, hoje andou-se um tirão” (João Fontoura)
- “Heta” negro pachola!” (J. Simões Lopes Neto)
- “Chô-mico!... Vancê veja... eu até choro!” (Idem)
- Sotrrera de 17, chô-egua!” (Waldomiro Sousa)
- “Uta, índio!” (Alcides Maya)
- “Mas a morte caramba! lo respeitava!” (Idem)
- “Parecia uma fúria, pucha!” (Idem)
- “Crias aboche; e que crias, ai-juna!” (Felix Contreras Rodrigues)
- “Pucha! Tomára que seja um andante.” (Cyro Martins)

A respeito das contrações vocabulares, vasta dizer que, conquanto menos frequentes do que em outros Estados, não deixam, no

entanto, de contribuir com apreciável quinhão para a diferenciação sintático-prosódica do falar gaúcho. Exemplos:

- “Banque-se paisano!” (Darcy Azambuja)
- “Tão í os tentos.” (Alcides Maya)
- “Tá feito! Resvala os arreios desse guacho!” (Waldomiro Sousa)
- “Srá apuradito, esse moço!” (Cyro Martins)
- “Toma, ensilha isso que já “sta caicué!” (Luiz Araujo Filho)

Quanto às metáforas e expressões tropológicas, não há quem ignore a magnificência do linguajar rio-grandense. Provas:

- “Estava manso como boi na canga” (Alfredo Jacques)
- “Srava de culo mesmo esse dia!” (Cyro Martins)
- “Qual, em pilungo até as éguas velhas dao coice!” (Carcy Azambuja)
- “Cuidado, bruaca velha! Bota cabresto na língua” (Idem)
- “Lindo, compadre, debulhando pata!” (Waldomiro Sousa)
- “... aquilo é mais matreito que graxaim! (Roque Callage)
- “Dia brabo, calor de acender as macegas!” (Alcides Maya).
- “... o mundo dá mais volta do que laço enrodilhado!” (Dino Dezidéiro)
- “Tem mais amanhã do que marca na porta de ferraria” (Idem)
- “Morena flor dos pampas.
Quando eu sinto o guascaço do teu olhar
Me ponho a imaginar
Que não há olhos iguais aos teus
Que guasqueiam com tanto feito
Deixando o coração, dentro do peito,
Como potro a retouçar!” (Carlos Plastina)

- “Saudade é grama cidreira
É guecha passarinheira
Que a gente nunca domina!” (Lauro Rodrigues)

- “ O minuano arrasta o poncho nas carquejas” (J. O. Nogueira Leiria)

- “Não te apotres, que domadores não faltam!” (J. Simões Lopes Neto).

- “Está aí para um canto desde a boca da noite, empecado que nem touro no santafé” (Luiz Araujo Filho).

- “Relinchando de saudade
Tão longe do meu rincão
Sou matungo estropeado
Eu que já fui redomão!” (Quadrinha popular)

- “No potreiro dos teus olhos
Cupidos me boleou;
Que esperança de fugir-lhe!
Logo o buçal me passou!” (Idem)

- “Da tropilha que te segue
Sempre fui o mais fogofo
Tenho tranco mui macio
Sou parrelheiro famoso.” (Idem)

- “O povo é como boi manso
Quando novinho atropela” (Ramiro Barcelos).

- “Pra pegar um pescoceiro
Que há sempre algum na tropilha,
Desde que pouco se ensilha,

Não precisar ter cansaço:
Que os bobos puxem o laço
Fica-te tu na presilha” (Idem)

É notável e reverte quase sempre em pitoresco ou incisão a insistência com que o gaúcho subordina o seu frazeio à terminologia crioula. Observa-se:

- “Chinoca macanuda, eu lê garanto!” (Vargas Neto).

- “E que amargos fazia a fachudaça!” (Idem)

- “Douradilho, reforçado,
Lombo de bom ensilhar,
Para trotar anda só,
Cavalo de bom andar!” (Felix Contreras Rodrigues).

- “Mas olha, chê, aquele barosso vinha roncando no coice, como abombado” (João Fontoura).

- “Florindo encilhou o bragado, atou-lhe a cola lá onde a Maruca prende os grampos, ajeitou um assado de picanha sobre o baicheiro e saiu no tranquilo, no mais, pitando” (Waldomiro Sousa).

- “O boliche do Bernabé ficava a um tiro de laço, logo ali no outro lado da vertente, na beira do passo” (Idem)

- “Deve ser animal de muito lance, porque é bem enquartado e ragado de baixo; depois veja: pescoço largo e comprido, orelhas de tesoura, casco pequeno, peito de pomba, quadril ossudo, anca de viúva, ventas bem abertas e boca grande; se conhece que tem estado” (Luiz Araujo Filho)

- “Meu avô, bugre linguará, morreu de velho com os colmilhos gastos e os olhos que nem retovo de bolas” (Alcides Maya)

- “Aquela eguita me agrada. Mexe ligeiro as patas. Há de anda arroteando os dezessete” (Cyro Martins)

- "... índio que, de tao gajo, pra quem não conhecesse bem, podia parecer pachola. Mas não, aquilo era jeito normais, que era taura mesmo o mocito" (Idem)

- "O flete era retação, quartudo, grosso de encontro aguapo nos seiscentos metros" (Idem)

- "Eu comparo este maluco
Com meu caálo picaço
Que agora está lerdo, esta caduco,
Mas que já foi um pingaço.
Quando novo era só dar de rédea,
Que corria, no mais estrada fora.
E agora anda lerdo
Está amatungado
Que só a espora!...

Nem se junta mais
Com a eguada companheira
E não escaramuça
Nem por brincadeira.
Não escarceia
Não pede rédea
Não atira o freio
Esta estormpado
Esta macêta,
Tem traváge,
Vive desenquadrilhado." (Pery de Castro)

- O seu gado era de conta
Um Durhan mui apurado
Bem manteudo e enquartado
Vermelho, báio ou salino
Gorgacho e de pelo fino
Mui tambeiro e costeadó" (Dino Dezidério).

Citamos apenas alguns dos muitos característicos que poderíamos invocar mostrando as peculiaridades do português falado no Rio Grande do Sul. Na verdade não fica nesses aspectos a feição original do léxico regional gaúcho, pois esta se multiplica em inúmeras idiosincrasias. De onde se vê que já Joao Romanguera Corrêa estava cheio de razões quando assegurava: “Assim, pois, entram como elementos formadores do expressivo dialeto sul-riograndense vocábulos oriundos de várias procedências, d’entre as quais descatam-se, concorrendo com ponderosos contingentes: o português antiquada ou com acepção desvirtuada (clina, embonecar, regeira, gavião, trabuzana, etc); o castelhano (cincerro, hosco, lonca, cadena, etc.); o hispano-americano (pilcha, changa, pulpero, maturrango, churrasco, etc.); o guarani (tapera, guri, boi-tatá, caxerenguengue, chimbé); o tupí (congonha, coivara, peráu, etc.); o quíchua (cancha, chacra, guacho, guarupa, guasca, guaiaca, etc); o latim (papetão, etc.); o azteca (inhapa, galpão, etc.); o latim (pagos); a língua bunda (calombo, macóta, etc.), etc”⁵⁹.

⁵⁹ Op. cit

Esquemáticamente, assim se pode apresentar a formação do léxico regional gaúcho:

		1-Orgânica	Campeiro, chineiro, bombachudo, arrinconar, abagualado, etc
	1-Derivação		
		2-Espontânea	Aranha, maloca, pago, causo, etc.
Formação			
		1-Justaposição	Sobre-cincha, sobre-látego, sobre-ano, meia-rédea, etc
	2-Composição	2-Aglutinação	Mijação, etc
		3-Locução	Boi-corneta, etc

Se nos deslocarmos no aspecto puramente lexicogênico para o da semântica, verificamos que, quanto à significação, o vocabulário rio-grandense pode se distribuir deste modo:

	1-Própria	Abagualado, abarbarado, etc.
	2-Traslata	Abagualado (ríspido, grosseiro, etc
Significação		

	3- Lexiogênica	Crioulo, campeiro, etc
	4-Histórica	Farrapo, minuano, baiano, tobiano, barriga-verde, presiganga, etc

Escritor de variados recursos, cujo nome já se firmou nos meios culturais do Rio Grande do Sul. Antonio Carlos Machado, nos últimos anos vem se dedicando ao estudo e à interpretação do nosso “processos” étnico-social, já tendo mesmo pronto para o prelo um trabalho de envergadura intitulado “A Formação Gaúcha”.

Nesse trabalho, a aparecer dentro em breve, o autor de “Vozes da Querência” traça um quadro completo do passado rio-grandense, analisando-o, ao mesmo tempo, à luz dos mais modernos princípios sociológicos.

“A Formação Gaúcha” constituirá, sem dúvida, mais um êxito literário de Antonio Carlos Machado.



Projeto
Passo Fundo
Apoio à cultura

[Catálogo do Projeto Passo Fundo](http://www.projetopassofundo.com.br)
www.projetopassofundo.com.br

121- (autor)



9 788564 1997707

